

**AS PECULIARIDADES DOS INGLESES
E OUTROS ARTIGOS**

E. P. THOMPSON

ANTONIO LUIGI NEGRO E SERGIO SILVA
Organizadores

SERGIO SILVA
Apresentação

Departamento de Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

3ª edição
revista e ampliada

textos Didáticos
nº 10, vol. 1 - JANEIRO DE 1998

TEXTOS DIDÁTICOS

IFCH/UNICAMP

Setor de Publicações

Caixa Postal: 6110

CEP: 13081-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 788.8342 - Fax: (019) 239.33.27

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Diretor: Prof. Dr. Paulo Miceli

Diretor Associado: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Comissão de Publicações:

Profª Amneris Angela Maroni - DCP, Profª Ana Maria Niemeyer - DA,
Prof. Italo A. Tronca - DH, Prof. Márcio Bilharinho Naves - DS, Prof.
Oswaldo Giacóia Jr. - DF e Prof. Rubem Murilo Leão Rêgo (Coordenador).

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva, Elizabeth S. S. Oliveira e Magali Mendes

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Luiz Antonio dos Santos, José
Carlos Diana e Leontina Marques Segantini.

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

Edward Thompson era o historiador contemporâneo britânico mais conhecido fora da Inglaterra. Sua influência mundial sobre os estudantes de História tem sido incalculável. Mas ele não era igualmente apreciado pelo *establishment* histórico inglês: a Academia Britânica tardou em elegê-lo como membro até 1992. O que a irritava era o vasto sucesso de seu grande livro *A formação da classe operária inglesa* (de 1963), que fundou o valor da história a partir de baixo. Como Karl Marx, Thompson caminhou na contracorrente ao usar a literatura como fonte para a história social e econômica; seu primeiro livro foi sobre William Morris. Quem – senão Thompson – citaria Chaucer, Tristram Shandy, Wordsworth, Dickens e os poetas do século XVIII, Stephen Duck e Mary Collier, em um artigo sobre “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”? Ele não tinha paciência alguma com o determinismo demográfico e estatístico nem com termos enganosamente “neutros” como “modernização” e “industrialização”, usados com o fito de evitar o rude termo “capitalismo”. O marxismo de Thompson era inteiramente alheio a dogmas pré-concebidos.

Christopher Hill

SUMÁRIO

Apresentação à terceira edição	7
Apresentação à primeira edição	11
As peculiaridades dos ingleses	13
I.....	13
II	20
III.....	52
IV.....	65
V	87
Nota sobre o texto.....	107



APRESENTAÇÃO À TERCEIRA EDIÇÃO

SERGIO SILVA

A primeira edição deste caderno limitou-se à publicação do artigo “As peculiaridades dos ingleses”, devidamente seguido pela “Nota sobre o texto”, que integra o livro de ensaios publicado pela Monthly Review em 1978 (*The poverty of theory and other essays*). Nenhum dos dois escritos havia sido traduzido no Brasil. Eles foram acompanhados por uma bibliografia do autor, por nós organizada.

Na apresentação da primeira edição, em 1993, anunciamos a nossa intenção de transformar este caderno em uma coletânea que incluiria outros textos de Thompson e alguns artigos sobre este autor e o seu trabalho. Foi o que fizemos na segunda e refizemos, agora, em dois volumes, nesta terceira edição, revista e ampliada.

Estas três edições representam uma manifestação, no interior do IFCH, do sucesso internacional deste autor. Como destacou Eric Hobsbawm, em artigo escrito logo após a morte de Thompson (que publicamos como posfácio já na segunda edição, em 1995, e republicamos agora):

Nos anos 80, Thompson era, de acordo com *Arts and humanities citation index*, o historiador do século XX mais recorrentemente citado em todo o mundo e um dos 250 autores mais freqüentemente citado de todos os tempos.

A tradução de “As peculiaridades do ingleses” permite que o leitor brasileiro estude com mais facilidade o primeiro texto em que Thompson desenvolve amplamente a sua crítica a uma determinada tradição marxista, notadamente no campo da História e das Ciências Sociais. De certa forma, ele representa o ponto culminante de uma trajetória iniciada pelo rompimento com o Partido Comunista da Grã-Bretanha após a invasão da Hungria em 1956.

A natureza das questões tratadas neste ensaio orientou a escolha de todos os outros artigos que compõem a coletânea. Eles se caracterizam pela preocupação de Thompson em explicitar as questões teóricas e metodológicas, assim como os conceitos ou noções essenciais desenvolvidos ao longo de sua obra de historiador: o lugar da teoria e a história como processo único, a lógica do processo como resultado da experiência de homens e mulheres reais, as classes sociais e a luta de classes, a crítica à “metáfora” base-superestrutura.

Desse modo, “As peculiaridades dos ingleses” e os outros artigos que integram agora este caderno constituem leituras indispensáveis para o bom entendimento do mais conhecido e polêmico ensaio *A miséria da teoria*, publicado como livro pela Zahar em 1981.

A segunda edição, de 1995, incluiu dois novos artigos de E. P. Thompson. Em “A história vista a partir de baixo”, através de um rápido (e ao mesmo tempo amplo) exame da historiografia do século XX sobre a classe operária, ele apresenta algumas das teses fundamentais que o celebrizaram como um dos historiadores mais capazes de encontrar teoria e método adequados a uma análise preocupada em mostrar a presença efetiva das classes “dominadas” e da luta de classes como elemento constitutivo da história.

Em “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra” (transcrição de um seminário realizado na École Normale Supérieure, em Paris, e publicado originalmente em francês), ele explora o uso que fazemos e as relações que geralmente estabelecemos entre estas duas noções básicas para a historiografia e as ciências sociais, notadamente aquelas de inspiração marxista. Critica o conceito de *revolução* que privilegia um único momento da história e aproxima a idéia de *modos de dominação* das discussões sociológicas sobre hegemonia.

Além do artigo supramencionado de Hobsbawm, a segunda edição incluiu também um texto de minha autoria, “Thompson, Marx, os marxistas e os outros”, que procura destacar elementos que me parecem centrais para a contribuição teórica deste autor, notadamente pelo fato de entrarem em conflito não somente com a corrente marxista até há pouco dominante, mas também com a maior parte das Ciências Sociais. Para a mesma edição, Antonio Luigi Negro ampliou a “Bibliografia.”

Em conseqüência, desde a segunda edição, este caderno mudou de nome; passou de, simplesmente *As peculiaridades dos ingleses* para *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*.

Com este mesmo título, esta terceira edição inclui mais uma tradução de um artigo de Thompson, também inédito no Brasil, “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”, no qual o historiador e militante socialista inglês reúne um conjunto de reflexões, anteriormente dispersas em outros textos, essenciais para a compreensão do seu pensamento e de suas análises históricas.

Esta terceira edição inclui ainda um novo artigo sobre Thompson, preparado por Antonio Luigi Negro, Alexandre Fortes e Paulo Fontes:

Sergio Silva

“Peculiaridades de E. P. Thompson”. Neste estudo são examinados alguns momentos marcantes da vida deste autor, em particular aqueles mais diretamente ligados à produção do ensaio que deu origem e se mantém no centro desta coletânea; e cujo nome inspira o próprio artigo que eles escreveram.

Creemos que caminhamos no sentido dos objetivos iniciais da coletânea, apresentando, agora, um conjunto de artigos que reúne, no primeiro volume “As peculiaridades dos ingleses” e a “Nota sobre o texto”, de Thompson, e, no segundo volume, os demais artigos.

O conjunto da terceira edição foi revisado por Antonio Luigi Negro, que trabalhou também na sua organização. O resultado final não seria possível sem a colaboração dos nossos colegas funcionários e o apoio da Direção do IFCH.

Campinas, março de 1997.

APRESENTAÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO

SERGIO SILVA

A miséria da teoria foi traduzida e publicada no Brasil (Zahar, 1981) sem os outros importantes ensaios que compõem a edição original da Monthly Review Press (*The poverty of theory and other essays*, 1978) "Outside the whale", "An open letter to Leszek Kolakowski" e também "The peculiarities of the english", cuja versão brasileira constitui este novo número da série *Textos Didáticos* do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

"As peculiaridades dos ingleses" fazia uma falta muito grande nos cursos em que tentávamos estudar o pensamento e o método de Thompson, além da sua contribuição historiográfica, em parte já traduzida. Neste ensaio encontramos muitas indicações "teóricas", mas a leitura do texto original exige um bom conhecimento das peculiaridades do inglês.

Esse problema foi resolvido por Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro. Com muito esforço e inteligência, eles conseguiram realizar este trabalho, em meio às suas mil e uma obrigações como alunos do Mestrado em História da UNICAMP, e sem nenhum financiamento especial.

Sergio Silva

No início, eles contaram com a ajuda da Denise Gross, do Doutorado de Ciências Sociais, e da Maria Aurora de Meireles Rabelo, do Doutorado de História. No final, com a revisão do Michael Hall, do Departamento de História, guia para soluções difíceis e garantia contra erros (nunca inteiramente evitáveis).

Como a edição da *Monthly Review*, esta publicação inclui – numa tradução da Ligia Osorio Silva, do Instituto de Economia – a pequena nota em que Thompson fala sobre o seu próprio texto e comenta a resposta de Perry Anderson. Além disso, acrescentei uma bibliografia do Thompson, que sempre pode ser útil.

O nosso trabalho continua. Luigi, amistosamente conhecido como Gino, está terminando a tradução de outro texto importante e de difícil acesso: “Folklore, anthropology and social history” (In: *The Indian Historical Review*, janeiro de 1977). Por sua vez, Fernando Teixeira da Silva atacou o “Modes de domination et révolution en Angleterre” (In: *Actes de la Recherche*, junho de 1976). Luigi e Alexandre prometeram escrever um artigo sobre o Thompson; eu e De Decca, também. Esperamos reunir estes textos numa publicação de maior tiragem, em breve.

SERGIO SILVA

AS PECULIARIDADES DOS INGLESES¹

E. P. THOMPSON

*“Há de se suportar o tosco método inglês
de desenvolvimento, naturalmente”.*
Marx, sobre Darwin.

I Nos idos de 1962, quando as atividades da *New Left Review* estavam um pouco confusas, a direção da Nova Esquerda convidou um hábil colaborador – Perry Anderson – para assumir a editoria da revista. Encontramos, como esperávamos, no camarada Anderson a decisão e a coerência intelectual necessárias para assegurar sua continuidade. Mais ainda, descobrimos que havíamos indicado um verdadeiro dr. Beeching² da *intelligentsia* socialista. Todos os ramais secundários não econômicos e desvios sócio-culturais da New Left, que estavam, de resto,

¹ N. dos T.: Ensaio extraído do livro *The poverty of theory & other essays* (Nova Iorque, Monthly Review Press, 1978). Tradução de ALEXANDRE FORTES e ANTONIO LUIGI NEGRO. Agradecemos as colaborações das colegas DENISE GROSS e MARIA AURORA DE MEIRELES RABELO. Agradecemos, ainda, a revisão e o apoio do professor MICHAEL HALL e o incentivo do professor SERGIO SILVA para publicar este trabalho.

² N. dos T.: Bryan Palmer, à página 100 de *Edward Palmer Thompson. Objeções e oposições* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996), assim se refere a dr. Beeching: “lorde Beeching (1913-1985) – presidente da British Railroad Board (...), responsável pelo ‘Plano Beeching’, que levou à interrupção de várias linhas ferroviárias de pequeno porte na Grã-Bretanha”.

recebendo cada vez menos tráfego, foram abruptamente desativados. As principais linhas da revista sofreram uma modernização igualmente brusca. As mariais-fumaça da Velha Esquerda foram varridas dos trilhos, as paradas marginais (“Compromisso”, “Qual o futuro do CND?”,³ “Mulheres apaixonadas”) foram fechadas e as linhas, eletrificadas para o tráfego expresso da *Rive Gauche* marxistencialista. Em menos de um ano os fundadores da revista descobriram, para seu pesar, que o conselho editorial vivia em um ramal o qual, após rigoroso balanço intelectual, foi considerado deficitário. Percebendo que havíamos-nos tornado supérfluos, colocamos nossos cargos à disposição.

Passados três anos desde a posse da nova direção, parece possível examinar a tendência geral da “nova” *New Left*. Para simplificar, pode-se localizá-la em três áreas principais: análise do “Terceiro Mundo”, definições (geralmente evasivas) da teoria marxista e o ambicioso trabalho de análise da história e estrutura social britânicas iniciado através de uma série de artigos de Anderson e Tom Nairn.⁴ A primeira delas – o Terceiro Mundo – está além do alcance deste artigo. É, indubitavelmente, a área onde têm sido realizados alguns dos mais originais e bem documentados trabalhos dos novos redatores. Aqui, restringir-me-ei às outras duas.

Os artigos citados, vistos em conjunto, representam uma alentada tentativa de desenvolver um coerente balanço histórico da sociedade britânica. Sem dúvida, o artigo seminal é o de Anderson (“Origins of the

³ N. dos T.: CND é a sigla do movimento Campaign for Nuclear Disarmament, do qual Thompson foi destacado integrante.

⁴ Perry Anderson, “Origins of the present crisis”. *New Left Review* (daqui em diante *NLR*), 23 (daqui em diante *Origins*). Tom Nairn, “The English working class”, *NLR*, n° 24; “The British political elite”, *NLR*, 23; “The Anatomy of the Labour Party – 1”, *NLR*, 27 e “The Anatomy of the Labour Party – 2”, *NLR*, 28 (daqui em diante Nairn 1 e 2). (N. dos T.: O artigo de Tom Nairn, “The English working class”, se encontra traduzido no livro organizado por Robin Blackburn, *Ideologia na ciência social*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.)

present crisis"). Mas, se o trabalho de Nairn é menos inspirado, ainda assim, ambos habitam o mesmo universo mental. Os dois se sentem à margem da "ideologia inglesa" a qual, "em sua tola velhice dá origem a um tipo de crepúsculo onde o 'empiricismo' se tornou uma miopia e o liberalismo, uma cegueira incômoda".⁵ Nairn estende a acusação:

"isolamento e provincianismo ingleses, atraso e tradicionalismo ingleses, religiosidade e aura moralista inglesas, 'empiricismo' inglês mesquinho ou desconfiança instintiva da razão".⁶

Conte-se ainda "a nulidade das tradições intelectuais nativas", o "embrutecimento secular e insular" da cultura britânica, "o impenetrável manto de complacência" da vida social britânica, "o rígido entricheiramento do conservadorismo sindical britânico" e "os séculos de constipação decadente e de um sedimentado culto dos ancestrais" da sociedade britânica. A ideologia inglesa

"abraçou uma cultura literária dileitante descendente da aristocracia e a mais tosca das filosofias utilitárias lumpen-burguesas, juntando-as em uma bizarra união 'Jekyll e Hyde' de atração e repulsa".⁷

"O próprio mundo urbano" inglês é "a imagem deste conservadorismo arcaico, bastardo conservadorismo, um mundo urbano que não tem nada a ver com a *civilização* urbana, tal como é concebida em outros países, com uma cultura burguesa antiga e unificada".⁸ Estes juízos estão resumidos em *Origins* de Anderson:

⁵ Nairn, "Crowds and critics", *NLR*, 17, p. 31.

⁶ "The English working class", *NLR*, 24, p. 48.

⁷ Nairn - 2, p. 61, e 1 e 2, passim.

⁸ "The British political elite", *NLR*, 23, p. 22

“Os dois grandes elementos químicos desse envolvente *fog* inglês são ‘tradicionalismo’ e ‘empiricismo’: nele, a visibilidade de qualquer realidade social ou histórica é sempre zero. Encontrando toda a sociedade com um espesso véu simultaneamente filisteu (em relação às idéias) e mistagógico (em relação às instituições), o resultado é um conservadorismo abrangente e coagulado, conservadorismo pelo qual a Inglaterra merecidamente adquiriu uma reputação internacional”.

E a essência da análise de ambos os autores sobre o trabalhismo pode ser encontrada na frase de Anderson: “na Inglaterra uma burguesia apática produziu um proletariado subordinado”.⁹

Sem dúvida, em contextos particulares, algumas dessas opiniões podem ser sustentadas. Mas o que é evidente, onde quer que se imponham, é a perda do controle emocional e a destituição da análise pela condenação. Paira sobre elas um quê de mr. Podsnap¹⁰ às avessas. “Nós, ingleses, temos muito orgulho de nossa Constituição, sir”, explicou mr. Podsnap com um senso de meritória propriedade:

“ela nos foi conferida pela Providência. Nenhum outro país foi tão favorecido como o nosso”.

“E os outros países”, disse o cavalheiro estrangeiro. “Como fazem eles?”.

“Eles fazem, sir” retrucou mr. Podsnap meneando a cabeça gravemente, ‘eles se saem bem – lamento ser obrigado a dizê-lo – como eles fazem”.

Mas agora os papéis estão invertidos. Mr. Podsnap (inchado como uma bola para incorporar toda a cultura britânica dos últimos 400 anos), de sua parte, está sendo acusado.

⁹ *Origins*, pp. 40, 43.

¹⁰ N. dos T.: Mr. Podsnap. Personagem de *Our mutual priord*, de Charles Dickens, filisteu, complacente, recusa-se a reconhecer fatos desagradáveis.

“E os outros países,” disse mr. Podsnap, cheio de remorsos. “Como fazem eles?”

“Eles se saem bem”, replicaram severamente *messieurs* Anderson e Nairn: “Eles fazem – lamentamos sermos obrigados a dizê-lo – Melhor Sob Qualquer Aspecto. Suas Revoluções Burguesas foram Maduras. Suas Lutas de Classe foram Sanguinárias e Inequívocas. Sua *intelligentsia* foi Verticalmente Integrada e Autônoma. Sua Morfologia foi Tipologicamente Concreta. Seu Proletariado foi Hegemônico”.

De ponta a ponta, há, realmente, em suas análises, um inconfesso modelo de Outros Países cuja simetria tipológica oferece uma reprovação ao excepcionalismo britânico. Cotejada com este modelo, a classe trabalhadora inglesa é “um dos enigmas da história contemporânea”,¹¹ a experiência histórica da burguesia inglesa foi “fragmentada, incompleta”,¹² e os intelectuais ingleses não constituíram “uma verdadeira *intelligentsia*”.¹³

Toda experiência histórica é obviamente, em um certo sentido, única. Muito protesto contra isso coloca em questão não a experiência (que permanece por ser explicada) mas a relevância do modelo contra o qual ela está sendo julgada. (Podemos deixar de lado o fato de que os Outros Países, se examinarmos nações industriais avançadas durante os últimos 50 anos, nem sempre, ou sob qualquer aspecto, fizeram Melhor do que os britânicos, a despeito de sua *intelligentsia* vertical e seu proletariado hegemônico.) Claramente, o modelo Anderson-Nairn se aproxima de forma mais estreita da experiência francesa, ou de uma interpretação particular dessa experiência, e nisto eles seguem a tradição marxista *pre-dominante* pré-1917. Quando colocada ao lado dela, a experiência inglesa

¹¹ “The English working class”, p. 43.

¹² *Origins*, p. 40.

¹³ *Ibidem*, p. 42.

falha em três importantes aspectos. (1) No caráter prematuro e incompleto da revolução do século XVII. Nos compromissos decorrentes de 1688 e 1832, a burguesia industrial não conseguiu obter hegemonia incontestada nem refazer as instituições dominantes da sociedade à sua própria imagem. Ao invés disto, ocorreu "uma simbiose sistemática e deliberada" entre a aristocracia terratenente e a burguesia industrial onde, entretanto, a aristocracia permaneceu como sócio majoritário. (2) Porque a revolução do século XVII foi "impura" e a luta conduzida em termos religiosos, a burguesia, além de nunca ter desenvolvido uma visão de mundo ou autoconhecimento coerentes, se satisfaz com uma "ideologia" do "empiricismo", que tem aparentemente caracterizado a cultura intelectual inglesa até os dias de hoje:

"o legado ideológico da Revolução foi quase nulo... Devido ao seu caráter 'primitivo', pré-iluminista, a ideologia da Revolução não fundou nenhuma tradição significativa nem gerou consequências relevantes".

(3) Uma revolução burguesa prematura deu origem a um movimento prematuro da classe trabalhadora, cujas heróicas lutas durante a Revolução Industrial foram anuladas pela ausência de crescimento teórico correspondente: "seu máximo ardor e insurgência coincidem com a menor disponibilidade do socialismo como uma ideologia estruturada". Quando este movimento desintegrou-se após cartismo (até a "exaustão"), seguiu-se uma "profunda cesura" na história da classe trabalhadora inglesa e a "mais insurgente classe trabalhadora da Europa tornou-se a mais entorpecida e dócil". "O marxismo veio tarde demais" ao passo que nos Outros Países "o marxismo arrebatou a classe trabalhadora". Deste modo, o movimento trabalhista do pós-1880 anulou toda sua existência por expressar apenas virtudes corporativas (e não hegemônicas) e por

sujeitar-se a uma ideologia (o fabianismo)¹⁴ que imita, com instrumental empobrecido, o banal empiricismo da burguesia.

Nossos autores trazem para a análise o ardor de exploradores. Eles lançam-se em sua circunavegação descartando com desprezo os velhos mapas especulativos. Anderson nota a completa ausência de qualquer história global séria da sociedade britânica e “a covardia da nossa historiografia”. Nenhuma tentativa foi feita pelo menos para esboçar uma história totalizante da sociedade britânica moderna. Nairn descobre que não há “sequer um debate histórico rudimentar visando o desenvolvimento total da sociedade britânica”. Mas nossos exploradores são heróicos e missionários. Nós seguramos nosso fôlego enquanto a primeira incursão marxista é feita sobre essa *northland* inexplorada. Entre a tundra e o musgo do empiricismo inglês eles estão tentando construir verdadeiras capelas para converter os pobres sindicalistas aborígenes de seus mitos corporativos à luz hegemônica:

“enredada na densa teia da arcaica superestrutura enxertada no capitalismo britânico... a classe trabalhadora não podia distanciar-se agressivamente da sociedade e constituir seu próprio movimento autônomo em direção à hegemonia social. Estava faltando o instrumento cortante necessário para esta tarefa. Ou seja, um extrato intelectual descolado do consenso social, dotado de força suficiente e capaz de agir como catalizador da nova força lutando por expressão contra o consenso”.¹⁵

¹⁴ N. dos T.: Fabianismo. Refere-se à Fabian Society. Sociedade socialista britânica, fundada em 1883 por Edward R. Pease, com o objetivo de “reconstruir a sociedade de acordo com o mais alto ideal moral”. Teve entre seus membros H. G. Wells, Bernard Shaw e Sidney e Beatrice Webb. Desempenhou papel importante na fundação do Labour Party em 1906. Recusaram vários conceitos marxistas, como o de mais-valia. Reformistas moderados, foram intelectuais influentes.

¹⁵ Nairn - 2, p. 49 (sic).

O problema é “criar teoria em um meio ambiente tornado refratário à racionalidade enquanto tal”, isto é, criar “a intensa consciência racional e a atividade” que são “pré-requisitos necessários da revolução nesta sociedade de consciência fetichizada e emasculada”.¹⁶ Tapando as orelhas com seus gorros, desembarcam e avançam, lutando para levar a intensa consciência racional de seus instrumentos cortantes à “*intelligentsia* tradicional”, até então “enterrada inteiramente nos ritos tribais de Oxford ou da Londres literária”.¹⁷ Há uma crescente sensação de suspense enquanto eles – os Primeiros Marxistas Brancos – abordam os estarecidos aborígenes.

II Isto é pouco generoso, pois *Origins* de Anderson é um estudo estimulante – de fato, como provocação, é um *tour de force*. Se, por si mesmo, não pode ser aceito como um enunciado histórico, é todavia um estímulo ao estudo e a uma afinação de intensidade conceptual incomum. Se não é verdade que a Grã-Bretanha seja uma *terra incógnita* para o marxismo, é também verdade que tais tentativas de autoconhecimento histórico devem ser feitas repetidamente em cada avanço no conhecimento e em cada refinamento de nosso instrumental analítico.

Uma questão que me perturba, todavia, é se o instrumental usado por esses autores para sua tarefa foi refinado, ou só maquiado. Nós podemos voltar à primeira proposição do excepcionalismo inglês, isto é, à revolução do século XVII e suas conseqüências:

¹⁶ “The English working class”, p. 57.

¹⁷ Nairn - 2, p. 60.

“que tipo de revolução foi ela? Pode-se talvez dizer que foi um conflito entre dois segmentos de uma classe de grandes proprietários de terras, nenhum dos quais era uma cristalização *direta* de interesses econômicos opostos, ao invés disso, eram lentes *parcialmente* incertas mas *predominantemente* inteligíveis nas quais as forças sociais mais amplas e mais radicalmente antagônicas vieram a ter focos temporários e distorcidos”.

“Porque a revolução foi basicamente disputada *dentro de uma* e não *entre* classes, embora pudesse (e de fato logrou) destruir os numerosos obstáculos institucionais e jurídicos do feudalismo ao desenvolvimento econômico, não pôde alterar o estatuto básico da propriedade na Inglaterra”. O resultado foi transformar “o conjunto de proprietários de terra em uma classe basicamente capitalista”, e “ela alcançou isto transformando profundamente os *papéis* mas não o *peçoal* da classe dominante”.

“Neste sentido ela foi uma revolução *capitalista* extremamente bem sucedida. Ao mesmo tempo, todavia, deixou quase toda a estrutura social intacta”.

Isto está escrito na página 30 de *Origins*. Mas, na 39, somos avisados que essa “amarga e catártica revolução... transformou a estrutura, mas não a superestrutura da sociedade inglesa”.

Que será isto? Qual modelo estão usando? Se é um simples modelo de base-superestrutura, então é difícil conceber “uma revolução capitalista extremamente bem sucedida” que todavia não altere o “estatuto básico da propriedade na Inglaterra”. Não tenho claro qual o sentido de “estatuto” neste contexto, mas se fôssemos examinar a decomposição do exercício e das relações da propriedade feudal, nós deveríamos começar uma análise da “Revolução” muitos séculos antes do autorizado por Anderson. Se a conquista principal da Revolução foi “destruir os numerosos obstáculos institucionais e jurídicos do feudalismo ao desenvolvimento

econômico”, então, como é possível afirmar que ela “transformou a estrutura mas não a superestrutura da sociedade inglesa”? Em qualquer caso, tomando 1640 e 1688 juntos, se supõe geralmente que a função de uma instituição muito importante, a monarquia, foi consideravelmente modificada; e aqui nós temos uma transformação tanto no papel quanto na pessoa.

De fato, o sentido da análise de Anderson parece ser o de que a Revolução efetuou *certas* mudanças na superestrutura institucional, removendo obstáculos cruciais ao desenvolvimento capitalista na metrópole e nas colônias, mas que o confronto entre as forças sociais foi em outros aspectos, dúbio, deixando partes da superestrutura feudal (ou pós-feudal, transicional-paternalista?) intactas. Isto é – como descrição – claramente verdade, embora pouco original seja.

Há, todavia, uma outra ambigüidade, cuja importância cresce na medida em que suas análises movem-se do século XVII para o XIX. Apesar das negativas, nem Anderson nem Nairn parecem capazes de aceitar, *au fond*, a noção de uma classe agrária, *rentier* ou empresarial, como uma verdadeira burguesia.¹⁸ Enquanto que, em *Origins*, os proprietários de terra são identificados como uma “classe basicamente capitalista” e nós somos avisados, além do mais, de que “não havia (...) desde o começo nenhuma contradição antagonica fundamental entre a velha aristocracia e a nova burguesia”, na análise do desenvolvimento do século XIX a aristocracia e a classe média industrial são descritas como “classes sociais distintas” que, após 1832, sofreram “simbioses”, um processo onde a burguesia efetivamente capitulou diante da aristocracia (“sua coragem se

¹⁸ Nisso eles diferem de Marx, cuja análise abreviada da gênese do capitalismo, em *O capital*, trata largamente do capitalismo agrário, declarando inequivocamente: “no sentido categórico, o *farmer* é um capitalista industrial assim como o manufatureiro” (*O capital*, Donna Torr, org., 1938, I, p. 774, n. 2).

foi”, “ela ganhou duas modestas vitórias, perdeu seu vigor e terminou por perder sua identidade”). Em Nairn o contraste é ainda mais saliente: os proprietários de terra são “protagonistas de uma civilização distinta, a meio caminho entre o feudal e o moderno (...) uma civilização (...), a despeito de seus traços burgueses, qualitativamente distinta da nova ordem social”; a elite política aristocrática, suas instituições e seu *ethos*, eram “a emanção de uma classe social distinta, independente e separada dos conflitos e questões principais da sociedade capitalista urbana”.¹⁹ Além disso, cada “classe” específica, projetou uma ideologia distintiva: “o tradicionalismo... foi o idioma ideológico natural da classe latifundiária”, emergindo com Burke,²⁰ o “empiricismo”, por outro lado, “transcreveu fielmente o caráter fragmentado e incompleto da experiência histórica da burguesia inglesa”. No século XIX ambos condensaram-se no mesmo *fog* sufocante.

Os problemas colocados aqui certamente não são fáceis. É um abuso de nossa paciência semântica imaginar uma classe de *burgueses* espalhados no campo e morando em suas propriedades, e é mais fácil ver no capital mercantil “o único núcleo verdadeiramente burguês da revolução”. Mas se esquecemos as associações com o modelo francês que o termo introduz,²¹ e pensamos antes no modo capitalista de produção, então claramente deveremos seguir Marx, vendo os proprietários de terra e os *farmers*²² como um *nexus* capitalista muito poderoso e autêntico. É sir Giles Overreach quem prefigura a Revolução Inglesa; e é seu parente,

¹⁹ “The British political elite”, p. 20-1

²⁰ Presumivelmente, não é o editor de *Peerage*, mas o mesmo E. Burke a quem Marx caracterizou brevemente como “um burguês completamente vulgar” (*O Capital*, p. 786, n.).

²¹ N. dos T.: Na língua inglesa, não há um termo próprio para “burguesia”. Assim, os ingleses utilizam o francês, “*bourgeoisie*”.

²² N. dos T.: Grandes arrendatários.

Edmund, o Bastardo, quem derruba a Legitimidade, obtendo o título de terra não pelo nascimento mas pela esperteza, substituindo as sanções de uma ordem mais antiga por aquelas da lei natural:

*Você Natureza é minha Deusa, à sua Lei
Meus serviços estão subordinados, por que deveria eu
Obedecer à praga dos costumes, e permitir
A curiosidade das Nações, para despojar-me?*

É essa mesma lei natural (“Natureza que odeia futilidade”) cuja cruel energia em sobrepujar “os velhos direitos” (“que podem ser sustentados ou quebrados, na medida em que os homens sejam fortes ou fracos”), tanto fascinou quanto repeliu os dramaturgos elizabetanos, e da qual Marvell²³ viu em Cromwell²⁴ a personificação. Não podemos dizer que a Revolução “tornou possível a transformação do conjunto de proprietários de terras em uma classe basicamente capitalista” porque, onde a lã ou a produção de mercadorias para Londres e os mercados urbanos predominavam, este processo já estava muito avançado. Mas, igualmente, não podemos dizer que a Revolução efetuou uma aceleração dramática neste processo: o equilíbrio de forças sociais era tal que as conseqüências plenas da Revolução foram retardadas por 100 anos.

O que estava em questão, de um lado, era exatamente uma redefinição capitalista tanto do “estatuto básico da propriedade” (do “antigo direito” à “lei natural” e renda) quanto do modo e da racionalidade de produção (de uma quase autosuficiência ao comércio de mercadorias visando lucro) bem como das relações produtivas (das compulsões orgâ-

²³ N. dos T.: Marvell, Andrew. Poeta metafísico do século XVII.

²⁴ N. dos T.: Cromwell, Oliver (1599-1658). Líder do Parlamento na guerra civil inglesa do século XVII. Ver *O eleito de Deus*, de Christopher Hill (São Paulo, Companhia das Letras, 1988).

nicas do senhor e da guilda às compulsões atomizadas do mercado de trabalho livre). E isso implicou em um amplo conflito e na redefinição em todos os níveis. Não só a visão orgânica e mágica da sociedade cedeu lugar à lei natural, como também a ética aquisitiva transgrediu uma economia moral autoritária. E, de outro lado, o movimento real foi enormemente complexo e prolongado, começando (para conveniência histórica) com os grandes produtores de lã monásticos de Domesday e passando ou pelo enfraquecimento dos barões nas guerras, pelo crescimento do “trabalho livre”, pelo cercamento das pastagens, pelo confisco e redistribuição das terras da Igreja, pela pilhagem do Novo Mundo, pela drenagem de pântanos para chegar então, através da Revolução, a conseqüente aceleração dos cercamentos e à reclamação das terras devolutas.

O movimento que tão freqüentemente parece reproduzir-se é o descrito por Eileen Power referente à crise financeira do século XIV, que “diminuiu o cume, enquanto ampliava as bases, das classes médias inglesas”. Já três séculos antes da Revolução, ela nota uma “tendência orgânica” dentro desta classe média: “embora fosse continuamente recrutada da terra, tendia sempre a voltar a essa terra, levando sua fortuna consigo”.²⁵ É impossível sequer compreender as origens do capitalismo inglês se esquadrihamos, com olhos parisienses, as “províncias” atrasadas, vendo nos proprietários de terra apenas uma aristocracia feudal “com traços burgueses”. As aldeias de lã das montanhas de Cotswold e a

²⁵ Eileen Power, *The wool trade in English medieval history* (1941), pp.122-3. Dobb lembrou-nos que já tinha havido uma transferência completa na propriedade fundiária – uma mudança no pessoal – entre os reinados de Henrique VII e James I (*Studies in the development of capitalism*, 1946, pp. 181-9, especialmente 187). Isso remete à famosa análise de Harrington em “Oceana” que conclui: “uma monarquia privada de sua nobreza não tem refúgio sob o céu, mas sob um exército. Portanto, a dissolução desse governo causou a guerra, e não a guerra a dissolução desse governo”. O problema geral foi discutido por Sweezy, Dobb, Hilton e outros em *The transition from feudalism to capitalism* (1954).

reconstrução rural do século XVI deixaram evidências até os dias de hoje de um estilo, uma solidez, uma difusão da opulência.

A Revolução confirmou um título, não o da nova propriedade, mas o já existente, um título que estava ameaçado pelas exigências descontroladas da monarquia, e que não encontrava sanção segura na ideologia autoritária e mágica sobrevivente a seus portadores feudais. Mas, uma vez iniciada a Revolução, uma ameaça um tanto diferente à propriedade apareceu na esquerda *leveller*.²⁶ A famosa explosão de Ireton²⁷ (“tudo de mais importante que professo se explica porque eu estaria de olho na propriedade”) prefigura o entendimento de 1688. E este entendimento registra, nem um meio caminho alojado entre “feudalismo” e “capitalismo”, nem um ajuste de interesses entre uma tenaz superestrutura feudal e uma embrionária base capitalista, mas um arranjo precisamente afinado com o equilíbrio das forças sociais naquele momento – tão delicadamente elaborado, e, mesmo assim, nas suas ambigüidades, tão flexível, que iria durar não apenas uma centena de anos de relativa estase social mas também através dos subseqüentes 50 anos das revoluções duais.

Os beneficiários do entendimento foram exatamente aquelas pessoas representadas no Parlamento, ou seja, os homens de propriedade substancial, especialmente propriedade de terra.²⁸ O título para o usufru-

²⁶ N. dos T.: Movimento secular radical que buscava nivelar as disparidades sociais e econômicas existentes. Baseado nas classes subalternas, tal movimento se destacou por sua atuação na Guerra Civil e nas negociações de paz (1645-49) bem como por seu apoio à execução do rei em 1649. A respeito deles, Cromwell, antigo aliado, teria, agora transformado em adversário, dito: “você não tem outro jeito para lidar com estes homens a não ser quebrá-los, ou eles acabarão contigo” (cf. *Dictionary of English and European history, 1485-1789*, Harmondsworth, Penguin Books, 1986: 109, 262).

²⁷ N. dos T.: Ireton, Henry (1611-1651). Comandante supremo de Cromwell durante a Guerra Civil.

²⁸ Cf. o debate de Christopher Hill sobre “Republicanism after the restoration”, *NLR*, 3, pp. 46-51.

to de sua propriedade foi assegurado pelos mecanismos constitucionais com os quais a Coroa foi cerceada e pelo domínio de uma Lei que era tão desapassionada no seu reconhecimento de direitos de propriedade substancial quanto apaixonadamente vingativa contra aqueles que transgrediam estes direitos. Ao mesmo tempo, um sufrágio limitado e manipulado, e medidas restritivas tais como a Test Act e a Corporation Act,²⁹ limitaram a ação dos pequenos manufatureiros, artesãos, etc. O reduzido carisma da Coroa e da aristocracia ajudou a manter coesa a ordem social, sem (graças à agitação jacobita)³⁰ permitir uma base para a reafirmação da velha autoridade. A trôpega magia de uma igreja sordidamente erastiana³¹ (ela própria sob controle local da *gentry*) suplementou a autoridade dos proprietários sobre o povo. Em Locke, com sua teoria naturalista da delegação de poderes ao magistrado principal no interesse do individualismo possessivo, a *gentry* encontrou um apologista da concertação.

No século XVIII o capitalismo agrário assenhoreou-se plenamente de sua herança. Em torno da *gentry* associaram-se (como Anderson nos lembra) “grupos afins”, não apenas o capitalismo mercantil propriamente, mas também a (largamente dispersa) indústria manufatureira, ainda em busca do abrigo protetor do Estado. O capitalismo agrário ascendente acarretou não apenas melhorias nas formas de arrendamento e cercamentos mas também mudanças de largo alcance nos negócios, moagem, transporte, comércio de exportação e importação. Enquanto isto, a *gentry* foi capaz de empregar uma classe profissional de serviçais recrutada no

²⁹ N. dos T.: Corporation Act. Lei de 1661 que excluía os não anglicanos das Corporações. Test Act. Lei de 1673 que impunha a todo candidato a cargo público a doutrina anglicana e o repúdio dos dogmas católicos.

³⁰ N. dos T.: Jacobita: seguidor de James II.

³¹ Erastianismo. Refere-se à doutrina de Thomas Liber, chamado Erasto, médico e teólogo suíço do século XVI que negou a autonomia administrativa e disciplinar da Igreja frente ao Estado.

baixo clero, advogados do interior, cirurgiões, agrimensores, professores, etc. A “complexa interpenetração” da riqueza agrária, mercantil e industrial, à qual Anderson dirige sua atenção, tem sido uma preocupação antiga de nossa “historiografia covarde”, e os delicados mecanismos – sejam eles econômicos (crédito e transações bancárias ou interesses dos proprietários de terra no carvão, transporte, madeira), sociais (casamentos pré-estabelecidos)³² ou políticos (compra de influência política ou terra como um passo nesta direção) – pelos quais tal interpenetração era regulada não deixaram de ser examinados. A comédia de costumes ocorrida neste processo de ajuste de estilos, foi de fato uma preocupação central da cultura literária do século XVIII:

“todo novo rico de fortuna, equipado de adereços da moda, desfila em Bath... Funcionários e agentes das Índias Orientais abarrotados de espólio das províncias saqueadas; senhores de engenho, feitores e mascates de nossas fazendas americanas, enriquecidos sabe-se lá como; agentes, comissários e empreiteiros que engordaram, em duas guerras sucessivas, com o sangue das nações; agiotas, corretores e atravessadores de todo tipo; homens sem berço, e nenhuma educação, encontraram-se repentinamente elevados a um estado de afluência, desconhecido em épocas anteriores; e não admira que seus cérebros estejam intoxicados de orgulho, vaidade e presunção... Todos eles correm para Bath, porque aqui, sem nenhuma qualificação extra, podem misturar-se aos príncipes e nobres da terra. Mesmo as esposas, e filhas de pequenos homens de negócios, que, como tubarões de faro acumulador, sugam óleo daquelas incultas baleias da fortuna, são infectadas com a mesma mania de ostentar sua importância; e a mínima indisposição serve-lhes de pretexto para insistir em ser levadas a Bath, onde podem coxear danças campestres e quadrilhas em meio a frangotes de sangue

³² N. dos T.: No original *marriage settlements*, quer dizer, convergência ou criação de estatutos de propriedade para manter os bens na mesma família, ou para juntar os de duas diferentes.

azul, cavaleiros, conselheiros e clérigos... Tal é a composição da chamada companhia da moda em Bath, onde uma proporção irrelevante de gente de bem está perdida no meio de uma turba de atrevidos plebeus..." (Smollett, *Humphrey clinker*).

Mesmo uma familiaridade superficial com as fontes deve dissipar todas as dúvidas sobre o fato da *gentry* do século XVIII ter gerado uma classe capitalista soberbamente bem-sucedida e autoconfiante. Eles combinaram, em seu estilo de vida, características de uma cultura agrária e urbana. Em suas bem abastecidas bibliotecas, "Mr. urban" do *Gentleman's Magazine* mantinha-os mensalmente informados sobre os assuntos da cidade. Suas elegantes capitais provincianas e suas sólidas cidades comerciais proporcionavam alguma vida social em época de baixa estação, seus filhos foram urbanizados em Oxford e Cambridge, no London Inns of Court e nas viagens pela Europa, e suas filhas e esposas, na vida social de Londres. Para compensar o isolamento do interior, suas mansões (segundo seletos exemplos urbanos) foram alargadas para acomodar esse intercâmbio social ampliado, que fornecia assunto para os romances da moda. Em Bath, Harrogate, Scarborough, eles produziram monumentos peculiares a uma civilização onde uma urbanização sofisticada significava um rito de passagem periódico para os adolescentes, para os casadouros, as matronas e os doentes de gota. Uma burguesia que ainda não tinha aprendido a hipocrisia. Eles se avaliavam reciprocamente não através de escalas de educação e antigüidade mas pelos seus consideráveis rendimentos anuais.

O cálculo econômico não parou por aí. Há talvez um importante momento de transição, em meados do século quando mais e mais integrantes da *gentry* (incluindo os magnatas aristocráticos) deixaram de perceber suas funções em termos *passivos* (como beneficiários de renda e proprietários de parques com um rendimento mais ou menos estável) e,

ao invés disso, tomaram uma postura agrária mais *agressiva* tanto em sua capacidade de abastados fazendeiros donos de si mesmos quanto no estímulo, entre seus arrendatários, àquelas melhorias sobre as quais deviam estar fundadas suas esperanças de uma receita crescente. Uma olhada no mais destacado dos periódicos de negócio, *Annals of agriculture*, em cujas nobres páginas clérigos e homens comuns se engajaram na discussão das vantagens da adubação, custo dos cercamentos e criação de gado, serve para impressionar-nos com o estilo profundamente capitalista de pensamento desta classe tão prazerosamente aquisitiva quão meticulosa quanto à contabilidade.

Além do mais, a penetração do *ethos* capitalista teve um resultado cuja importância teve alcance ainda maior. Supõe-se comumente (fato subestimado por Anderson e Nairn mas, certamente, não por Marx) que a contribuição específica da ideologia inglesa no final do século XVIII não foi nem o tradicionalismo nem o empirismo, mas sim uma economia política naturalista (mais notadamente com Adam Smith). Porém, devido aos eventos de 1832 e o subsequente conflito entre interesses agrícolas e manufactureiros acerca das Corn Laws,³³ freqüentemente esquecemos que o *laissez-faire* emergiu não como a ideologia de algum *lobby* manufactureiro nem como a lorota intelectual produzida pela indústria têxtil algodoeira, mas no grande cinturão graneiro. O argumento de Smith deriva, em grande parte, da agricultura: um dos seus principais oponentes era a regulamentação paternalista do comércio de cereais que – mesmo em um avançado estágio de decomposição real – era, contudo, sustentado por um substancial corpo da teoria econômica paternalista e por uma enorme

³³ N. dos T.: O conflito a que se refere Thompson girava em torno da acirrada disputa sobre a alíquota de importação de produtos agrícolas estrangeiros. No final da década de 40 do século XIX, tal taxação foi drasticamente reduzida, satisfazendo os interesses não intervencionistas do *laissez-faire*.

força do sentimento popular (e urbano). A revogação da velha economia moral de “provisão” não foi obra de uma burguesia industrial, mas dos fazendeiros capitalistas, proprietários de terras partidários do progresso técnico, grandes moageiros e comerciantes de cereais. Enquanto Arkwright disciplinava a obstinação teimosa de sua primeira força de trabalho e enquanto as indústrias de lã e de malhas estavam presas ao tradicionalismo, o interesse agrícola abraçou uma economia política opo- sicionista cujas severas purgações de perdas e lucro esvaziaram o corpo político das velhas noções de dever, mutualidade e cuidado paternal. E foi exatamente esta ideologia que forneceu uma ponte, durante as guer- ras napoleônicas, a ligar os interesses do algodão e da terra. As primeiras administrações profundamente imbuídas da perspectiva do *laissez-faire* foram – não aquelas formadas após 1832 – mas as de Pitt, Percival e lorde Liverpool.

É difícil ver como a experiência desta classe, que usufruiu desta longa ascendência e deu a luz a esta ideologia, possa ser descrita como “fragmentária” ou “incompleta”. Pareceria ser incomumente plena. É bem verdade que a mistura capitalista-agrária inglesa foi, senão única, excepcional. Ela adveio, tal qual *toda* situação histórica real, de um equi- líbrio de forças particular; era apenas uma, entre um número aparente- mente infinito de mutações sociais, que a história real fornece com tal profusão (onde cada uma, todavia, mantém uma afinidade genérica com as demais surgidas de conjunções comparáveis). Se não há lugar para ela no modelo, é o modelo que deve ser abandonado, ou refinado.

O que parece oferecer dificuldades a nossos autores é a passagem do capitalismo agrário e mercantil do século XVIII para o capitalismo industrial do XIX. Eram os capitalistas agrários e industriais grupos com interesses diferenciados no interior da mesma – e ampla – classe social ou eram classes sociais distintas? Se a mútua interpenetração já era bastante

fluente no século XVIII, como dar conta do conflito (realmente considerável) ocorrido em 1832? O que *era*, de qualquer modo, a “Velha Corrupção”? O que particularmente os incomoda é o fracasso da burguesia industrial em levar a cabo uma experiência “jacobina” avançada como qualquer burguesia bem alimentada e educada deve fazê-lo.

A solução pela qual Anderson e Nairn optam já está implícita na sua incapacidade de levar a sério a Revolução Burguesa do século XV ao XVIII. Capitalistas agrários e industriais *eram* classes sociais distintas, ainda que não tão hermeticamente impermeáveis entre si ao ponto de serem irreconciliáveis os antagonismos. Mas substituindo-se progressivamente o termo “capitalismo agrário” por “aristocracia” (com suas associações feudais) algo de portentoso pode ser feito dos antagonismos secundários ideológicos e das formas institucionais. O medo inspirado pela Revolução Francesa e o desafio posto por um proletariado doméstico insurgente jogaram essas duas classes uma nos braços da outra:

“nenhum ‘compromisso’ ou ‘aliança’ – termos usualmente empregados – foi, de fato, possível entre duas civilizações opostas. Nenhum arranjo tático consciente, nenhum acordo temporário era concebível entre forças sociais de tal complexidade e magnitude. Amalgamar-se era a única possibilidade real, uma fusão de classes diferentes e de culturas diversas em uma ordem social capaz de garantir estabilidade social e manter o proletariado em seu lugar”.

Isso não é um paradoxo dialético genuíno, é um embuste dialético: duas forças (nos dizem eles) eram tão incompatíveis em interesses e pontos de vista que nenhum compromisso era possível mas, num piscar de olhos, descobrimos a *fusão* de uma com a outra. A decepção lógica é encoberta por uma insinuação de que não se tratava de uma fusão genuína já que a aristocracia, em face da inevitável fraqueza política e ideológica da bur-

guesia emergente, sobreviveu como governante do sistema capitalista mais dinâmico do mundo:

“e a civilização fundiária sobreviveu com eles como um padrão de vida, cultura e linguagem, um tipo de personalidade e psicologia, todo um *ethos* dominante”.³⁴

Nessa “simbiose” de duas classes, a aristocracia emergiu como “*senhor*”, mantendo o “controle do Estado e de seus principais órgãos” e permanecendo como “a vanguarda da burguesia”. O fracasso da burguesia (que neste estágio da argumentação de Anderson torna-se uma “classe média” subordinada à uma “classe dominante”³⁵ aristocrática) em alcançar uma hegemonia incontestada e racionalizar as instituições do Estado é a principal condição histórica para a “profunda, difusa mas obscura crise” que aflige a sociedade britânica: “o palimpsesto vivo, que é o bloco dirigente na Grã-Bretanha, agora está em decadência devido a seus imemoriais acréscimos”.³⁶

Naturalmente, é possível encarar a Grã-Bretanha deste modo depois de se ver sir Alec Douglas-Home³⁷ na televisão. E se esta análise se refere à perpetuação de um certo *estilo* aristocrático e certas continuidades institucionais arcaicas, então ela é tão verdadeira quanto importante. Mas é sugerido muito além disto: “todo um *ethos* dominante”, “governantes”, “controle do Estado”, “vanguarda” ou (em outro momento de *Origins*) “classe hegemônica,” que foi “confrontada com a as-

³⁴ “The British political elite”, pp. 21-2.

³⁵ Cf., por exemplo, nota em *Origins*, p. 33.

³⁶ Nairn, op. cit., pp. 20-1; *Origins*, pp. 26, 33 e 51.

³⁷ N. dos T.: Sir Douglas-Home, Alec. Primeiro ministro de 1963-64, derrotado pelo Partido Trabalhista em 1965. Posteriormente foi secretário de Assuntos Externos no governo de Heath.

censão da burguesia".³⁸ Deste modo, não se pretende oferecer uma análise de estilos, mas do movimento real e do equilíbrio das forças sociais. E, como tal, não funciona. Não vou insistir na tese de Marx ter visto "a mais burguesa das nações" de maneira muito diferente. O questionável – aparte a supressão de cláusulas históricas inteiras – é o procedimento pelo qual deslizamos por uma terminologia cambiante cuja traiçoeira instabilidade é despistada por uma certa virtuosidade metafórica.

É verdade que qualquer um que persiga este tipo de análise de classe da história britânica moderna termine por ser envolvido pela confusão terminológica.³⁹ As ambigüidades forçam seu caminho na análise porque elas estão lá na própria história. Mas um modo de abordar isso é divertir-se por um momento com um jogo de história onde supomos que "A" não aconteceu e "B," que não aconteceu, aconteceu. Sugerir, em *The making* que, em 1832, uma explosão revolucionária foi evitada somente na hora derradeira. Havia razões, mas não razões esmagadoras, para que essa explosão fosse evitada. Se ela não o fosse, é razoável supor que a Revolução teria precipitado um processo muito rápido de radicalização, passando por (e indo além de) uma experiência jacobina e, seja qual fosse a forma que uma contra-revolução e uma estabilização daí decorrente pudessem ter assumido, é pouco provável que muitas instituições do século XVIII sobrevivessem: a Câmara dos Lordes, a Igreja Oficial, a monarquia, as elites jurídica e militar seriam provavelmente varridas do mapa, ao menos temporariamente. Agora, se tivesse acontecido assim, pelo menos os construtores do modelo estariam então satisfeitos. 1832 seria "a" Revolução Burguesa inglesa e 1640 teria caído no esquecimento como uma explosão "prematura", um tipo de amálgama de guerras

³⁸ Ibidem, p. 49 (com relação à nota 37).

³⁹ Não tenho dúvida de, freqüentemente, ter incidido nisto em *The making of the English working class* (daqui em diante *The making*).

Huguenotes e da Fronda. A tendência de insinuar que algum tipo de sociedade “feudal” existiu na Grã-Bretanha até à véspera de 1832 (como testemunha a curiosa noção, que brota das margens de algumas interpretações marxistas da Revolução Francesa, de que o feudalismo prevalecia na França em 1788) seria reforçada.

Deixe-nos agora rearrumar as peças e começar o jogo com uma abertura diferente. Nesse caso, iremos supor que 1832 aconteceu como aconteceu mas (menos plausivelmente) 1640, não – que a reação laudiana foi menos provocativa, que Charles capitulou diante da Grand Remonstrance⁴⁰ e que uma monarquia constitucional e limitada foi estabelecida sem derramamento de sangue em 1640, sem Marston Moor,⁴¹ a fermentação *leveller*, a execução do rei e a Revolução Gloriosa. Neste caso, os construtores do modelo estariam completamente perdidos em localizar “a” Revolução e, paradoxalmente, poderiam, por força das circunstâncias, se sair melhor como historiadores porque teriam de construir – a partir das Guerras das Rosas, da Monarquia Tudor (há um Robespierre prematuro em Henrique VIII, um ditador da burguesia?), da cassação dos ministros reais e dos conflitos religiosos dos séculos XVI e XVII bem como a partir de 1832 – peças daquele grande arco que, de fato, em termos históricos, formam a revolução burguesa.

Eu estou me opondo a um modelo que concentra a atenção sobre um episódio dramático – “a” Revolução –, ao qual tudo o que vem antes e depois deve ser relacionado, e que institui um tipo ideal desta revolução contra o qual todas as outras devem ser julgadas.⁴² Mentos que ansei-

⁴⁰ N. dos T.: Declaração das reivindicações do Parlamento contra o Rei Carlos I, de 1641.

⁴¹ N. dos T.: Batalha travada em 1644, quando o Exército do Norte, principal esperança dos realistas, foi destruído pelas forças ligadas ao Parlamento e à Escócia.

⁴² Minha objeção aplica-se, com igual força, a tipos ideais de “a” revolução proletária. Ver meu texto “Revolution”, *Out of apathy* (1960).

am por um platonismo aseado logo se tornam impacientes com a história real. A Revolução Francesa foi um momento fundamental na história do Ocidente e, em sua rápida passagem por toda uma gama de experiências, forneceu incomparáveis apreensões e prefigurações de conflitos subseqüentes. Mas, pelo fato de ter sido uma gigantesca experiência, não foi necessariamente típica. Longe de uma avançada e igualitária fase jacobina de esquerda ser uma parte intrínseca de qualquer revolução burguesa plena, pesquisas recentes sobre o papel da multidão parisiense, a real composição social das seções e das instituições do Terror e dos exércitos revolucionários,⁴³ bem como sobre a emergência nacional da ditadura de guerra, colocam em questão em que medida é procedente, de alguma forma, caracterizar o jacobinismo do Ano II como uma experiência "burguesa" autêntica. E, certamente, à burguesia *industrial* não podem ser dados os créditos de "vanguarda" do jacobinismo nem de principal força social de sustentação deste momento político profundamente ambíguo.

Aconteceu de um jeito na França e de outro na Inglaterra. Não estou discutindo a importância da diferença – e das diferentes tradições sucessivas – mas a noção de tipicidade. Quando levado para a Inglaterra, o modelo nos empurra sub-repitiçamente na direção de uma tentativa que explique, conjuntamente, 1832 e os distúrbios em torno das Corn Laws como um tipo de reprodução, pusilânime e menor, do conflito na França. O termo "aristocracia" fornece a ponte: ambos foram conflitos entre aristocratas e burgueses mas quão insignificante e inconcluso um aparece ao lado do outro! A profunda diferença nas situações de vida de uma *ordem* aristocrática e de uma *gentry* capitalista (bem como nas dos grupos descontentes) torna-se indistinta em meio a uma *mélange* esquemática aceitável.

⁴³ Ver, especialmente, R. Cobb, *Les armées révolutionnaires, instruments de la Terreur dans les départements* (1961), I, cap. 3 e 5.

Pode-se oferecer uma outra explicação sobre o que estava em jogo no conflito de 1832. A despeito de tudo o que se tem observado desde o tempo de Marx, sobre a operação de elites, burocracias, etc., os marxistas geralmente buscam reduzir os fenômenos políticos ao seu "real" significado de classe e, freqüentemente, na análise, deixam de reconhecer uma distância suficiente entre um e outro. Contudo, na verdade, aqueles momentos em que as instituições governantes aparecem como os órgãos diretos, acentuados e imediatos da "classe dominante" são excessivamente raros, bem como transitórios. Mais freqüentemente, estas instituições operam com uma boa margem de autonomia (e, algumas vezes, com interesses bem definidos e próprios) em um contexto geral de poder de classe que não só prescreve os limites além dos quais esta autonomia não pode ser estendida sem maiores riscos como também, muito geralmente, revela as questões que surgem para decisão executiva. Tentativas de abreviar as análises acabam por não explicar nada.⁴⁴

Uma análise sobre a elite governante da Inglaterra antes de 1832 deve certamente proceder neste nível. O acordo de 1688 inaugurou um século de relativa estase social no que diz respeito a um conflito de classe aberto ou a um amadurecimento da consciência de classe. Os principais beneficiários foram aqueles vigorosos capitalistas agrários, a *gentry*. Mas isto não significa que as instituições governantes representassem desqualificadamente a *gentry* como uma "classe dominante". Em nível local (a magistratura), elas o fizeram de uma maneira espantosamente descarada. Em nível nacional (obsolescência das velhas restrições ao comércio, estímulo aos cercamentos, expansão imperial), avançaram seus interesses. Mas, ao mesmo tempo, em um período prolongado de estase social, é

⁴⁴ Anderson insiste muito no mesmo aspecto em *Origins*, p. 47, com ilustrações de Honduras, China confucionista, etc. Na sua própria análise, todavia, não lhe dá o peso adequado.

comum a degeneração das instituições predominantes, o estabelecimento da corrupção, a obstrução dos canais de influência e o entricheiramento de uma elite em posições de poder. Uma distância desenvolveu-se entre a maioria da baixa e média *gentry* (e grupos associados) e certos grandes magnatas agrários, comerciantes capitalistas privilegiados, e seus parasitas, que manipularam os órgãos estatais em prol de seus interesses particulares. Esta não foi uma simples tensão “de classe” entre uma aristocracia de grandes magnatas e a baixa *gentry*. Certos magnatas apenas estavam “lá dentro”, e a influência oscilou de acordo com a política faccional, a diplomacia da conexão de grandes famílias, o controle de distritos e tudo o mais.

Isto quer dizer que o exercício do poder na segunda metade do século XVIII era realmente muito daquilo que o marxista-invertido, sir Lewis Namier,⁴⁵ descreveu em *The structure of politics* embora, inexplicavelmente, não tenha prosseguido e caracterizado tal exercício de poder como um sofisticado sistema de banditismo, que deveria ser visto menos como um governo de uma aristocracia (um estado distinto com estilo de vida e ponto de vista comuns e institucionalmente legitimado) e mais como *parasitismo* – uma maracutaia onde o próprio rei não poderia entrar sem se tornar o *croupier*. Não era, de todo, um parasitismo: os negócios da nação tinham de ser levados adiante, de tempos em tempos, a *gentry* “independente” – e seus representantes no Parlamento – tinham de ser contemplados. Havia mesmo ocasiões – embora tenham sido, uma após outra, questionadas à medida que os discípulos de Namier violaram os arquivos dos últimos dos grandes *mafiosi* – em que os interesses da nação

⁴⁵ N. dos T.: Sir Namier, Lewis (1888-1960). Historiador inglês (nascido na Polónia), cujas obras influentes sobre a história do século XVIII enfatizaram as relações pessoais da classe dominante, negando a importância de questões políticas mais amplas.

ou da classe, mais do que os da família ou facção, eram considerados. Nem era *apenas* um parasitismo: sendo conduzido em escala gigantesca (com base em fortunas públicas e privadas de tal magnitude) e mobilizando a influência que mobilizou, pelos meios mais diretos, dentro do exército, marinha, companhias exploradoras de concessões reais, Igreja, magistratura, não havia escolha a não ser congelar-se em algo semelhante a um estado;⁴⁶ envolver-se em um casulo de apologética ideológica e nutrir um estilo de vida de consumo conspícuo (de fato, espetacular) que é associado à verdadeira aristocracia. Realmente, estes grandes bandoleiros constitucionais vieram, não sem razão, a confundir-se com seus primos franceses, prussianos e até russos – uma confusão cujo custo sairia caro à Europa durante as guerras.

Todavia, tudo isto não chega a constituir plenamente uma aristocracia concebida como classe dominante. Ela foi... nada, a não ser si mesma. Uma formação única. A Velha Corrupção. Mal poderia ter sobrevivido ao século XVIII se a Revolução Francesa não tivesse aparecido, providencialmente, para salvá-la. Se ela exerceu imensa influência, também gerou iguais ressentimentos. Alienou as irmãs, os primos e os tios daqueles que não lograram ascender, os oficiais que não foram promovidos, os clérigos que não conseguiram protetores, os empreiteiros que não tiveram encomendas, os talentosos que foram preteridos, as esposas que foram desprezadas. Algo disso pode ser visto no deleite irresponsável com que muitos dos proprietários de terra apoiaram Wilkes. Não eram apenas elementos da City de Londres e da nascente burguesia industrial que viam a Velha Corrupção com um olhar crítico. A distância aberta depois da independência americana entre a camarilha e a *gentry* da qual, em última análise, aquela derivava seu poder, pode ser vista no vigor do

⁴⁶ N. dos T.: Advertimos que estado, neste parágrafo, refere-se à divisão da sociedade em estados.

movimento da Associação de Wyvill nos condados – aqueles encontros de condado pela reforma que foram uma das poucas ocasiões, no século XVIII, em que a *gentry* se reuniu e se expressou como uma classe.

A Revolução Francesa salvou a Velha Corrupção por razões evidentes. (Aqui ao menos estou de acordo com Anderson e Nairn.) A inimizade entre a *gentry* e os fazendeiros evaporou no ápice dos cercamentos e dos preços cereais. Pitt, outrora um Filho Dileto dos associacionistas, conseguiu, em alguma medida, racionalizar o Estado. A burguesia industrial foi mantida de bom humor: seu maquinário, protegido, os sindicatos, reprimidos, a legislação de proteção do trabalho, desmantelada.⁴⁷ A “simbiose” entre riqueza agrária, comercial e manufatureira continuou nos níveis político, social e econômico. Mas a Velha Corrupção emergiu das guerras, apesar de todas as modificações, quase do mesmo jeito que nelas havia ingressado. Em certos aspectos, através de seu envolvimento com a reação européia, sua repressão aos impulsos democráticos (e a autossupressão deles entre a *gentry* e as classes médias), da proliferação de credores da dívida pública e do acréscimo do misticismo à ideologia do constitucionalismo, ela emergiu com uma forma ainda mais parasitária que a anterior. E Cobbett, caracterizando-a como a Velha Corrupção, ou “a Coisa”, pode ter sido melhor marxista que aqueles marxistas que tentaram corrigi-lo.

Assim, deve-se ter cautela na caracterização de 1832. O inimigo dos reformadores não era um estado aristocrático nem a classe capitalista agrária como um todo, mas um complexo secundário de interesses predatórios. Enquanto a burguesia industrial tinha ressentimentos particulares e desempenhou um papel, como um grupo, de longe mais ativo do verificado nas agitações reformistas anteriores, uma parte considerável

⁴⁷ Ver *The making*, pp. 544-5.

da *gentry* também restou insatisfeita. Da década de 1770 em diante, o movimento pela reforma sempre encontrou apoio na *gentry*, e de seu meio muitos dirigentes eram egressos (Cartwright, Wyvill, Burdett, Hunt) ao passo que Cobbett sempre possuía público entre os fazendeiros. Nas eleições gerais cruciais precedentes a 1832, a Velha Corrupção agarrou-se à maioria de seus próprios burgos podres mas os condados (onde, confessadamente, havia muitos votos urbanos) foram ganhos pela reforma. E a reforma foi promulgada no Parlamento por uma facção da *gentry* e grandes magnatas contra outra.

Quando veio o confronto, a Velha Corrupção descobriu o pouco que tinha atrás de si, além daquilo que sua própria generosidade podia comprar, e as instituições do Estado em si mesmas. Se tivesse realmente havido uma confrontação direta entre burguesia industrial e agrária, então a revolução deveria ter ocorrido. Mas, de fato, à medida que a crise revelou-se, pareceu crescentemente que “a Coisa” e o povo estavam “em jogo”. E isto também explica porque é tão tentador afirmar que os beneficiários do acordo de 1832 foram as “classes médias”. Se a burguesia industrial foi excluída do jogo político em 1688, não o foi porque sua propriedade fosse industrial mas sim porque era insignificante. Ao tornar-se mais substancial, acusou um correspondente acréscimo de ressentimento, mas tal ressentimento foi compartilhado por muitos de seus primos (e às vezes literalmente primos) no campo e na City. 1832 trocou não um jogo por outro, mas as regras do jogo, restaurando a flexibilidade de 1688 em um contexto de classe profundamente alterado. Forneceu um esquema dentro do qual nova e velha burguesias podiam ajustar seus conflitos de interesse sem recorrer à força. Estes conflitos, não apenas de interesses diretos, mas de pontos de vista, estilo de vida, religião, eram consideráveis; porém assim também eram as forças de atração. Podemos situar, de um lado, o conflito envolvendo as Corn Laws. Contudo, de outro lado (e

simultaneamente), devemos situar a existência de um inimigo comum no cartismo, o *boom* ferroviário, ao qual um parlamento ainda abarrotado de *gentry* deu bençãos tardias, e os benefícios partilhados pela *gentry*.

É verdade que nisso tudo o papel da burguesia industrial não foi especialmente heróico: a condução do Parlamento estava nas mãos de uma seção da *gentry* e de advogados, ela deixou a parte maior e mais difícil parte da agitação aos plebeus radicais, enfiando-se na brecha aberta por estes contestadores, não sendo nisso totalmente atípica em relação a outras burguesias industriais. Proprietários de fábricas, contadores, organizadores de companhias, banqueiros provinciais não são historicamente notórios por sua desesperada propensão em precipitar-se, cartucheiras aos ombros, em barricadas. Mais geralmente, adentram a cena quando as batalhas decisivas da revolução burguesa já foram travadas.

Em seguida, alargaram sua influência em geral conforme o ritmo do seu avanço sobre o poder sócio-econômico real. Examinar esta afirmação requereria, não um exercício de virtuosidade teórica, mas um exame intensivo, escrupuloso e – ai de nós – empírico da história real, do tipo do oferecido, para um importante momento, 1867, por Royden Harrison.⁴⁸ Requeriria uma anatomia sociológica dos componentes das “classes médias” – pequena *gentry*, fazendeiros, empresários industriais com interesses diversos, pequenos e grandes financistas, grupos profissionais (autônomos e assalariados), serviço público, instituições do imperialismo; seus conflitos e acomodações, diferentes pontos de vista e estilos. Requeriria também um exame em termos estritamente políticos de como as posições sobreviventes do velho privilégio foram desgastadas, de como interesses diferentes selecionaram um ou outro dos dois partidos básicos como seus protagonistas, de como as mediações do sistema par-

⁴⁸ Ver Royden Harrison, *Before the socialists, studies in labour and politics* (1965), cap. III.

tidário tornaram-se mais complexas e de como o apelo a (e a confecção de) uma opinião pública de classe média tornou-se uma parte importante do jogo. Poderia se encontrar na trajetória política de Joseph Chamberlain – desde o radicalismo individualista dos negócios familiares competitivos, passando pela racionalização municipal e, eventualmente, pelo Estado, e, (daí à medida que a indústria armamentista com suas encomendas estatais e seu imbricamento com o capital financeiro cresceu em importância) chegando ao imperialismo, para, por fim, atingir o endurecimento da competição mundial, o protecionismo e a racionalização imperial – uma representação, que é quase oportuna demais, do processo.

Anderson conclui que a “coragem” da burguesia industrial esvaiu-se após 1832. Mas que necessidade essa burguesia tinha de coragem quando o dinheiro melhor lhe servia? Por que empunharia armas contra a primogenitura quando, com rapidez crescente, a terra estava se tornando apenas mais um interesse ao lado do algodão, ferrovias, ferro e aço, carvão, navegação e finanças? Classes não existem como categorias abstratas – platônicas – mas apenas à medida que os homens vêm a *desempenhar* papéis determinados por objetivos de classe, sentindo-se *pertencentes* a classes, definindo seus interesses tanto entre si mesmos como contra outras classes. No caso dos conflitos entre 1760 e 1832, há certamente momentos em que a *gentry* e os manufactureiros parecem oferecer os pólos em torno dos quais instituições antagônicas de classe podem, de fato, ser vistas: magistratura e Igreja, de um lado, e encontros *quackers* ou unitaristas e crescimento da imprensa de classe média de outro. Os motins Priestley (Birmingham, 1791) mostram a que extremos esse antagonismo de classe podia crescer. Dado isso ou aquilo, tudo poderia ter acontecido de um modo diferente. Mas de fato não aconteceu. Após a Revolução Francesa o evangelicalismo obscureceu algumas das diferenças entre as instituições oficiais e o não-conformismo (a compartilhada

preocupação em disciplinar as ordens inferiores facilitou o movimento).⁴⁹ Alguns dos manufactureiros tomaram seus lugares na magistratura. O carvão e os canais os uniram, tal como a participação no Corpo de Voluntários das forças armadas, o esforço comum contra o luddismo, o ressentimento comum contra o imposto de renda. Eles partilharam, embora com graus variados de intensidade, um ressentimento comum contra a Velha Corrupção. Portanto, tudo aconteceu como aconteceu. Dado o mais perfeito modelo de relações dos meios de produção ("base"), ninguém, em 1760 ou 1790, poderia estar certo de como as formações culturais e institucionais de fato se configurariam. Mas, acontecendo como aconteceu, registrou-se o fato de elas não terem tomado parte na história como antagonistas de classe. Ao contrário, a "simbiose" entre esses dois grupos sociais já estava bem avançada.

Em que sentido, então, podemos aceitar a tese de Anderson e Nairn pela qual a aristocracia emergiu disso tudo como "senhor" e "vanguarda" do "controle do Estado"? É evidente que o acordo de 1832 permitiu a perpetuação de certas instituições "aristocráticas", áreas de privilégio e um estilo de vida aristocrático. Tal acordo forneceu também alguma contribuição ao "ethos" do grupo dirigente (embora não o "ethos dominante") e às normas de liderança que (como Anderson destaca) provar-se-iam valiosas no governo do Império. Mas, quando nos aproximamos, a conclusão deve ser mais qualificada. No plano do governo local (exceto no interior), a influência aristocrática foi geralmente deslocada: lorde Lieutenancy efetivamente desapareceu, a magistratura foi parcialmente tomada, o Corpo de Guardas e os órgãos do governo municipal eram instituições satisfatoriamente urbanas e burguesas e a força policial (um dos primeiros frutos de 1832) situava-se dentro de um mo-

⁴⁹ Ver V. Kiernan, "Evangelicalism and the French revolution", *Past and Present*, I, fev. 1952; *The making*, cap. XI.

delo burguês-burocrático aceitável. No plano nacional, o desenrolar dos fatos foi ambíguo. Se modos aristocráticos foram perpetuados na City londrina, eles foram muito menos evidentes nas grandes instituições do capitalismo industrial. Se a Velha Corrupção ainda preside Oxford e Cambridge, em Londres, as universidades públicas, as faculdades técnicas, etc... desde logo se desenvolveram sob padrões diferentes. Se o privilégio aristocrático persistia nas forças armadas, seu controle da imprensa começou a fraquejar mesmo antes de 1832, e nunca o obteve sobre os meios de comunicação mais recentes.

Logo, com o mais breve exame da evidência comumente observada, o quadro aparece muito distinto do retrato excessivamente estridente de nossos autores. Este senhor aristocrático surgiria seja governando a monarquia, a Câmara dos Lordes, as forças armadas, Oxford e Cambridge, a City londrina e as instituições do Império seja possuindo uma excessiva influência junto aos dois partidos políticos mais antigos. Esta é, sem dúvida, uma lista impressionante mas ela torna-se menos surpreendente se lembrarmos que as forças armadas (por razões que são bem resumidas por Anderson)⁵⁰ nunca exerceram, no interior da elite britânica de poder, uma influência comparável àquela verificada na história americana contemporânea ou na história alemã e, ainda, se lembramos que a influência da Câmara dos Lordes foi progressivamente restringida. Além do mais, o exemplo das velhas universidades e dos antigos partidos políticos é excessivamente complexo e, no caso destes últimos, muitíssimo mais complexo do que os métodos quantitativos de análise pós-namierista poderiam nos levar a supor. Em uma frase: os políticos de quem o povo se lembra são Peel, Bright, Gladstone, Disraeli, os Chamberlain, Lloyd George e Baldwin e não lorde Derby ou lorde Salisbury ou mesmo, injustamente, lorde Palmerston.

⁵⁰ *Origins*, pp. 47-8.

Mesmo assim, a influência aristocrática é formidável. Mas, para apresentar a aristocracia como uma “vanguarda”, há de se mostrar uma série de momentos históricos significativos onde tal influência foi, direta e efetivamente, oposta a importantes interesses da burguesia então emergente. Momentos assim podem ser encontrados (a Velha Corrupção transplantou sua bandeira, após 1832, para o Castelo de Dublin), mas eles não são comuns, sendo geralmente ambíguos ou insignificantes em seus resultados. O *locus classicus* que Anderson e Nairn parecem ter menosprezado é *English constitution*, de Bagehot (1867), pois o cinismo devastador com que Bagehot justifica o destaque dado na Constituição a “uma viúva aposentada e a um jovem desempregado” é uma questão muito diferente do “tradicionalismo sufocante” que eles supõem ter perdurado desde o tempo de Burke.⁵¹ O problema não é saber se o relato de Bagehot é acurado ou não, mas sim, que o tipo de cinismo – e também a autoconfiança – nele exemplificados emascularam o republicanismo burguês na Inglaterra. Locke tinha dado para a *gentry* uma justificação aceitável e naturalista das instituições da monarquia. Na crise da Revolução Francesa Burke inflou de naturalismo um tradicionalismo no qual a sabedoria das eras passadas aparecia como uma vasta dívida pública cujo serviço de juros estava por ser perpetuamente pago pela geração do momento. Bagehot restaurou o naturalismo de Locke, mas de uma maneira descaradamente utilitária. As instituições monárquicas e aristocráticas (a “parte dignificada da Constituição”) foram julgadas *úteis*, distraíndo a atenção da operação real de poder na “parte eficiente” (da qual Bagehot não duvida estar sob o controle “despótico” das classes médias). O “espetáculo teatral” da parte dignificada mantinha as massas reveren-

⁵¹ É divertido constatar que Bagehot é criticado por mr. R. H. S. Crossman por partilhar da credulidade de Marx: “ambos sucumbiram à tentação de ‘explicar’ a política em termos de luta de classes”. *The English constitution*, (1964), pp. 30-2.

tes e se tornou mais – antes que menos – necessário após 1867 visto que, como destacado em sua introdução à segunda edição de 1872, “em todo caso deve ser lembrado que a combinação política das classes baixas como tal e com seus próprios objetivos é uma desgraça de primeira magnitude”. Bagehot até encontrou uma justificação para a perpetuação de alguma influência aristocrática na parte efetiva:

“enquanto mantemos um duplo conjunto de instituições devemos tomar cuidado a fim de combinarem bem e esconder onde uma começa e a outra termina. Isto é alcançado, em parte, concedendo algum poder subordinado à augusta parte de nossa comunidade política mas é igualmente auxiliado pela manutenção de um elemento aristocrático na parte útil de nossa comunidade política”.

E a história tem confirmado perfeitamente a tese de Bagehot. Em 1688, um parlamento burguês exilou um rei porque este ameaçou abusar demais das partes eficientes da Constituição. Em 1937, bastou um primeiro ministro burguês para outro rei ser posto em cheque, dada sua infelicidade em desempenhar satisfatoriamente a augusta parte do “espetáculo teatral”.

Apresento Bagehot, entretanto, não como um cientista social mas como um momento interessante na ideologia burguesa. Ele deu às classes médias uma apologia das partes aristocráticas da Constituição no melhor dos termos burgueses: (1) proporcionaram segurança e (2) ajudaram a manter a classe trabalhadora em ordem. Bagehot, e Gilbert-e-Sullivan,⁵² tomados em conjunto, recordam-nos a soberba confiança da classe média vitoriana face a “vanguarda” de Anderson. Eles nos dão as razões pelas quais a classe média tolerou a abominável imperatriz Brown

⁵² N. dos T.: Sir Gilbert, William S. (1836-1911) e sir Sullivan, Arthur S. (1842-1900). Respectivamente, libretista e músico de uma modalidade de teatro musical muito popular na Inglaterra do final do século XIX.

e falhou em dar seu apoio a Dilke. Entretanto, como indicam as descobertas que até os marxistas estão fazendo, a história não funciona com o cinismo bem azeitado proposto por Bagehot. O *ethos* aristocrático ainda possuía uma vida própria e algumas bases reais para um crescer contínuo. Uma das melhores passagens de *Origins* de Anderson é aquela onde discute o sangue doado pelo clímax imperialista, após 1880, a essa influência.⁵³ Mas mesmo aqui pode-se sugerir uma certa dialética – um limite de tolerância além do qual não seria permitido o crescimento da influência aristocrática. Isso pode ser detectado desde a Revolução Francesa: a retórica de Burke provocou a cáustica resposta de Byron. A pompa crescente do espetáculo teatral no clímax imperialista foi rapidamente seguida pela sua retração quando até mesmo Churchill podia ameaçar os lordes com a memória dos “lanceiros de armadura” e Lloyd George (como chanceler do Tesouro) podia se dirigir a animadas platéias em tons inequivocamente emprestados a Tom Paine:

“[os nobres] não necessitam de credenciais. Eles não precisam sequer de um certificado médico. Não necessitam ser sãos nem no corpo, nem na mente. Apenas requerem uma certidão de nascimento. Somente para provar que foram os primeiros da ninhada. Você não escolheria um *spaniel* nessas bases”.⁵⁴

E, na patética coda do nosso próprio tempo, a nervosa recaída conservadora que levou à ascensão de lorde Home foi um achado caído do céu para o trabalhismo, produzindo, através de um reflexo profundamente

⁵³ *Origins*, pp. 34-5 e 41.

⁵⁴ Frank Owen, *Tempestuous journey* (1954), p. 187. Ver, também, a advertência de Lloyd George aos lordes (novembro, 1909): “os lordes podem decretar a Revolução, mas o povo irá dirigi-la. Se eles começarem, surgirão controvérsias que eles mal imaginavam,” p. 183.

condicionado, a face *tecnocrática* e o sotaque nortista de Harold Wilson⁵⁵ e o *falsetto* de Gilbert-e-Sullivan em *That was the week that was*.

A aristocracia britânica certamente mostrou ser, como Beatrice Webb⁵⁶ a descreveu, “uma substância curiosamente resistente”. Mas se devemos apreender a real correlação de forças, ao invés de importar o esquema de Sartre de “totalidade sem totalizador”,⁵⁷ poderíamos piorar as coisas se não fizéssemos referência ao relato mais completo de Webb sobre a “sociedade londrina” no clímax do imperialismo. Esta aristocracia, na sua observação, certamente envolvia e solidificava a “sociedade” e sem dúvida influenciava seu estilo de vida. Todavia,

“ela não cercou ou isolou a Corte, já era um menor no Gabinete, e (...) estava pouco representada no grupo sempre mutante de financistas internacionais que dirigiam o mercado financeiro. O grosso da massa cambiante de ricos que estavam conscientes de pertencer à sociedade londrina (...) era, no último quarto do século XIX, de fazedores de lucro profissionais, antigas e estabelecidas famílias de banqueiros e cervejeiros, freqüentemente de ascendência *quacker*, atingindo facilmente a proeminência social, um ou dois grandes editores, e, à distância, armadores, diretores de ferrovias e de algumas outras grandes empresas, os maiores dos banqueiros comerciais - mas ainda não os varejistas”.

Não havia “barreiras de classe fixas” de qualquer tipo:

⁵⁵ N. dos T.: Wilson, Harold. Líder do Partido Trabalhista, primeiro ministro de 1964 a 1970 e de 1974 a 1976. Em seu primeiro governo se deu a nacionalização da siderurgia. Para ser confirmado na liderança trabalhista em 1973, aliou-se à ala esquerda do partido.

⁵⁶ N. dos T.: Beatrice Webb, juntamente com seu marido, Sidney Webb, são autores de *The history of trade unionism* (1894) e *Industrial democracy* (1920). O casal foi fundador da Fabian Society, da London School of Economics, do Reconstructed Labour Party), da *New Statesman* e da *Political Quarterly* (cf. Kaye, Harvey, *The British marxist historians*. Cambridge, Polity Press, 1984: 136).

⁵⁷ *Origins*, p. 32.

“mas, no fundo do instinto gregário inconsciente da classe dirigente britânica, *havia* um teste de aptidão para o ingresso neste que era o mais gigantesco dos clubes sociais, um teste porém raramente reconhecido por quem o aplicava e menos ainda a quem era aplicado, o domínio de alguma forma de poder sobre outras pessoas”.⁵⁸

A admissão à elite não constava, de fato, das prerrogativas da aristocracia. Esta, antes disso, registrava essas mudanças e flutuações de poder que ocorriam em qualquer outra parte e honrava uma “sociedade” que veio a existir independentemente de sua influência. Eram como o plantel de um grande e prestigioso hotel que não podia de modo algum influenciar as idas e vindas da clientela – quem ou a que horas e com quem – mas que podia preparar o baile e escolher o mestre de cerimônias.

A caracterização de Beatrice Webb precede o notório “silenciamento” da corte e da aristocracia depois da ascensão de Eduardo VII: a admissão dos barões da imprensa (que alçaram, durante a guerra, o principal inimigo da aristocracia ao cargo de primeiro ministro) – sem mencionar vulgarizações mais recentes. É verdade que cada burguesia nacional tem sua própria característica desagradável, que é freqüentemente herdada da classe que a antecedeu. Entre os alemães, militarismo e estatismo, entre os franceses, chauvinismo e metropolitomania intelectual, entre os italianos, corrupção e, entre os americanos, a rude celebração de uma natureza humana feroz e sanguinária. É verdade também que a repelente peculiaridade da burguesia britânica está na descarada observância do *status* e na obsessão por uma fidalguia espúria. É verdade, por fim, que as partes “dignificadas” da Constituição têm sido, neste século, fonte eficaz de mistificação e que – como Ralph Milliband documentou em *Parliamentary socialism* – o Partido Trabalhista tem sido no

⁵⁸ *My apprenticeship* (Pelican, 1938), I, pp. 64-9.

parlamento o primeiro e o mais ansioso objeto de hipnose. Tudo isso é importante mas, ao sugerir-se que a racionalização capitalista está hoje aleijada por sua herança aristocrática, e que isso é o elemento mais importante de nossa crise atual (*Origins* de Anderson conclui: “o trabalho inacabado de 1640 e 1832 deve ser retomado onde ele foi abandonado”), penso que nossos autores leram mal nossa história e confundiram o verdadeiro caráter de nossa classe dirigente.

Além do mais, seu tom tem uma incômoda afinidade com aquele diagnóstico jornalístico sobre a enfermidade britânica que afirmam desprezar. Tudo isso, a fúria contra o *establishment*, as reclamações sobre as técnicas comerciais britânicas, a falta de conforto do aeroporto de Londres ou as práticas restritivas dos sindicatos britânicos, o atrasado empirismo inglês e o sufocamento aristocrático, está muito na moda hoje em dia. Mr. David Frost, mr. Shanks e o camarada Anderson estão dizendo coisas diferentes mas há a mesma rispidez em cada voz. Uma grande parte do que dizem é verdadeiro, porém o que me alarma são as coisas que ambos não dizem: que há, ao mesmo tempo, certas forças e tradições humanas na vida britânica que Outros Países (incluindo aqueles cujos aeroportos são soberbos, cujo marxismo é maduro e cuja mercadologia é altamente poderosa) nem sempre dispõem.

Para além disso, não estou de todo certo quanto a terem individualizado o antagonista real. A Velha Corrupção faleceu. Contudo, um novo, e completamente diferente, complexo predatório ocupa o Estado. Não é certamente a esse novo complexo – com sua interpenetração entre indústria privada e Estado (encomendas governamentais de uma magnitude sem precedentes, especialmente para material bélico, subsídios, endividamento municipal para finanças privadas, etc.), com seu controle sobre os principais meios de comunicação, com sua chantagem sobre a City, com a redução do setor público a papéis subordinados e com sua

capacidade de ditar as condições onde um governo trabalhista deve operar – não é certamente, ao invés de se sair à caça de alguma quimera aristocrática, a esta nova Coisa, com sua vasta influência alcançando o serviço público, as profissões, adentrando os sindicatos e o próprio movimento trabalhista, que uma análise das formações políticas do nosso tempo deve ser dirigida?

III É extraordinário, na discussão de nossos autores sobre a “ideologia inglesa”, o grau com que eles próprios estão enredados na visão míope tão dedicadamente desprezada, jamais imaginando o grande arco da cultura burguesa. Podem ver, na ideologia burguesa, apenas dois momentos significativos: o iluminismo e o instante quando o marxismo surgiu. Em ambos, (sugerem) a burguesia britânica não tomou parte. Sobre 1640:

“devido ao seu caráter ‘primitivo’, pré-iluminista, a ideologia da Revolução não fundou nenhuma tradição significativa, nem gerou conseqüências relevantes. Nunca uma ideologia revolucionária importante foi tão completamente neutralizada e absorvida. Politicamente, o puritanismo foi uma paixão inútil”.⁵⁹

Depois disto, a burguesia inglesa cumpriu seu destino através do “empirismo cego” e tornou-se “alheia à corrente central da evolução burguesa posterior”. Ela ficou à margem da Revolução Francesa e deixou o jacobinismo (“o ápice do progresso burguês”) passar ao largo. “A burguesia inglesa (...) podia dar-se ao luxo de dispensar o instrumento cor-

⁵⁹ *Origins*, pp. 28 e 30.

tante da razão e abastecer a mente nacional com lixo histórico".⁶⁰ Ela não transmitiu à classe trabalhadora "impulsos de libertação, nem valores revolucionários, nem linguagem universal. Ao invés disso, repassou os germes mortais do utilitarismo" – a "única ideologia autêntica e articulada" que foi capaz de produzir.⁶¹ Quanto ao marxismo, não se conhece nenhum tráfico entre ele e estas costas bárbaras.

Os equívocos são tão grandes que é tentador capitular diante deles. Eles pressupõem, em todo caso, divisões herméticas entre culturas nacionais que são um tanto irreais (pense-se Hobbes e Descartes, Hume e Rousseau, Coleridge e a filosofia alemã).⁶² Mas o que nossos autores fizeram, *inter alia*, foi (após saltar toda a fase da anunciação heróica do individualismo burguês na qual a contribuição inglesa, se de algum modo tardia, não foi negligenciável seja qual for a interpretação dada): (1) ignorar a importância da herança protestante e democrático-burguesa, (2) desconsiderar a importância da economia política capitalista como uma "ideologia autêntica e articulada", (3) esquecer a contribuição, durante mais de três séculos, dos cientistas naturais britânicos e (4) confundir um idioma empírico com uma ideologia.

Deveria ser suficiente mencionar estes pontos para que se tornassem auto-evidentes. E mais poderia ser acrescentado. Poderia se oferecer uma discussão do romance realista, ou do romantismo, se ainda não se foi advertido pela referência de Nairn sobre "uma cultura literária dileitante descendente da aristocracia" – o pensamento de uma cultura literária *profissional* e genuinamente burguesa, que mereceria a aprovação da-

⁶⁰ "The English working class", pp. 45 e 48.

⁶¹ *Origins*, pp. 40-3.

⁶² Eles envolvem, eu suspeito, uma confusão realmente mais ampla, entre ideologia e idéias, entre cultura intelectual e universo mental, sistemas de valor e ilusões características de grupos sociais particulares, que penetrou tão profundamente na tradição marxista a ponto de exigir um exame à parte.

quele tom, é suficiente para nos fazer recuar. A questão não é correr em defesa das tradições intelectuais britânicas, ou minimizar suas limitações características. É sim pedir por uma análise mais serena e informada, e que leve em conta, de algum modo, sua efetividade histórica. Mau humor não é um instrumento cortante particularmente eficaz.

A Grã-Bretanha é, afinal, um país *protestante*. O catolicismo (enquanto centro de autoridade espiritual ou intelectual) foi esmagado neste país mais minuciosamente que em qualquer parte da Cristandade salvo duas ou três exceções. Mais ainda: o foi não por uma ideologia religiosa rival com sua própria autoridade, disciplina e teologia bem estruturada, mas pela decomposição comparativa de qualquer centro de autoridade. Todos aqueles sermões e panfletos, todas aquelas preces antes das batalhas, toda aquela briga sobre juramentos, altares e bispos, toda aquela fragmentação sectária, considerada tão obscurantista, por Anderson, tão tristemente distanciada dos motivos econômicos reais, fizeram, de fato, parte de uma confrontação cultural de época. A Revolução Inglesa foi disputada em termos religiosos, não porque seus participantes estavam confusos com relação aos seus interesses reais, mas porque a religião *importava*. As guerras giraram, em boa medida, em torno da autoridade religiosa. Um direito de propriedade do homem sobre sua própria consciência e lealdades religiosas tornara-se tão real quanto (e momentaneamente *mais* real que) direitos de propriedade econômica. Exatamente aqui, neste ponto da história, teve lugar uma crise psíquica entre velhas e novas práticas.

Nossos autores prefeririam-na se tivesse ocorrido não em torno da religião, mas contra qualquer religião. Um historiador não pode se preocupar com este tipo de objeção. É mais importante notar as conseqüências daquilo que realmente aconteceu. Sugerir que o "legado ideológico da Revolução foi quase nulo" é confundir atributos formais com atributos

reais. Ao destruir a magia instituída da Igreja, o protestantismo triunfante tornou possível a multiplicação da racionalidade e a dispersão de iniciativas racionais por todo o país e em diferentes meios sociais. Mesmo antes de tomar posse da economia de mercado, a iniciativa privada e um *laissez-faire* qualificado já haviam assumido a direção da economia cultural. Na Grã-Bretanha, para uma *intelligentsia* radical, não era necessário mobilizar-se sob seus chefes para atacar o clericalismo e o obscurantismo porque o inimigo, embora persistisse, não tinha poder para obstruir a vida intelectual. E uma vez que mal se pode afirmar que a Igreja do século XVIII tinha uma ideologia articulada era desnecessário, para seus críticos, nessa área pelo menos, desenvolver uma oposição sistemática. Na França as forças da ortodoxia e do Iluminismo enfrentaram-se face a face. Porém, a Grã-Bretanha assemelhou-se mais a um país debilmente ocupado onde a cada vez que a ortodoxia repelisse um pequeno ataque frontal ela própria se encontraria molestada nos flancos, na retaguarda, ou até em seu meio. O Iluminismo desenvolveu-se na Grã-Bretanha, não como uma enchente arremetendo-se contra um dique a despedaçar-se, mas como uma corrente a escorrer em margens erodidas, planícies lamaçentas e córregos de um estuário, cujos declives estão prontos para recebê-lo.

Outros países podem ter produzido uma “verdadeira *intelligentsia*,” uma “comunidade intelectual internamente unificada”; mas é absurdo sugerir que há alguma mutilação incapacitadora no fracasso dos intelectuais britânicos em formar “um enclave intelectual independente” no interior do corpo político. Ao invés disso, no século XVIII haviam se formado *dúzias* de enclaves intelectuais dispersos pela Inglaterra, Gales e Escócia, compensando a perda em termos de coesão com a multiplicidade de iniciativas proporcionadas por tais bases e (como todo registro do avanço científico e técnico testemunha) com as oportunidades criadas para a interpenetração entre teoria e práxis. Muito do melhor de nossa

cultura intelectual sempre veio, não das antigas universidades nem dos círculos metropolitanos autoconscientes, mas de indistintas e longínquas regiões. O que nossos autores negligenciam é a enorme importância dessa parcela de herança revolucionária que pode ser descrita, em um sentido secular, como a tradição da *dissidência*.

Em um extremo da escala, a *gentry* (Newton, Fielding, Gibbon) fez uma contribuição e, no outro extremo, os artesãos (com seu grande número de inventores) fizeram outra. Oxford e Cambridge, no seu esforço de instituir um platonismo teocrático irrelevante, contribuíram pouco, salvo uma repulsa que acentuou o tom cético dos que eram repelidos. Edinburgh e Glasgow foram mais além (Hume, Smith, os fisiocratas escoceses e até – hélas – James Mill e a *Edinburgh Review*), compensando a insularidade do pensamento inglês através de sua conversação mais fluente com a França. No meio disso tudo, como principal portador dessas tradições, estava aquela sociedade de classe média mista, fosse ela metropolitana ou provinciana, um tanto unitarista no seu caráter – as faculdades de Hoxton, Hackney e Warrington, a Sociedade Lunar de Birmingham, a Sociedade Literária e Filosófica de Manchester e aqueles círculos em Norwich, Derby, Nottingham ou Sheffield cuja conversação Coleridge considerou (quando trabalhava para *The watchman* em Birmingham) ser “sustentada com tal animação [e] enriquecida com tal variedade de informação”.

Esses burgueses ingleses não eram, todos eles, os idiotas completos que Nairn e Anderson supõem ser. Não é uma controvérsia entre eles e os de Outros Países. Aconteceu de um modo na França e de outro aqui. A experiência francesa foi marcada por uma confrontação nítida, uma *levée en masse* da *intelligentsia* e por uma disposição no sentido da sistematização e da hierarquia intelectual – os oficiais do estado maior, adidos (e por aí vai) que se agruparam em torno dos grandes *chefs de bataille* radicais. A

experiência inglesa certamente não encorajou esforços de síntese persistentes. Dado poucos intelectuais terem assumido proeminência num conflito com a autoridade, poucos sentiram a necessidade de desenvolver uma crítica sistemática. Pelo contrário, se auto-imaginavam como produtos especializados de troca num mercado razoavelmente livre, e a soma de suas mercadorias intelectuais criou a soma do “conhecimento”. Isto estimulou, em algumas áreas, negligência e irresponsabilidade. Mas o número de produtores especializados era muito grande; e o historiador da cultura intelectual britânica no final do século XVIII e, em grande parte, do XIX fica impressionado com o vigor da tradição da dissidência, as múltiplas colisões e mutações – não a superioridade deste ou daquele intelecto, mas a quantidade de talentos menores, cada qual com alguma particular distinção não obstante limitada.

Pode-se concordar que uma tal tradição era incapaz de gerar um Marx embora sem ela *O capital* não poderia ser escrito. Ela foi, todavia, capaz de gerar Darwin, e a importância com que esse momento ilumina a vitalidade de certas tradições intelectuais ilumina também a cegueira fatal da crítica Anderson-Nairn ao “empiricismo”. Com a recusa usual e teimosa em conformar-se às propriedades esquemáticas de muitos fenômenos britânicos, foi dado à ciência inglesa um estatuto, não por enciclopedistas insurgentes, mas por lorde Chancellor, um partidário do rei. Vale a pena relembrar seus termos:

“porque o espírito e mente do homem, se trabalham sobre a matéria, que é a contemplação das criaturas de Deus, trabalham de acordo com a substância, e são limitados desse modo, mas se trabalham sobre si mesmos, tal qual a aranha prepara sua trama, então infinitos são, e efetivamente levam adiante as teias do aprendizado, admiráveis pela fineza do fio e elaboração, mas de nenhuma solidez ou proveito”.⁶³

⁶³ Bacon, *Advancement of learning* (edição Everyman), p. 26.

E nos calcanhares disso seguia-se a espantosa exortação:

“o fim de nossa instituição é o conhecimento das causas e dos movimentos secretos das coisas, e o alargamento dos limites do império humano para a resolução de todas as coisas possíveis”.⁶⁴

A natureza exata da relação entre a burguesia e as revoluções científicas na Inglaterra está em aberto. Entretanto, ambas eram claramente algo além de apenas boas amigas. Em questão de poucas décadas grandes territórios de fenômenos naturais, que haviam sido vedados ao público intelectual, foram abertos. A casuística de Bacon de primeiras e segundas causas (“a contemplação das criaturas de Deus”) dissociou claramente fenômenos manifestos – cuja exploração foi amplamente autorizada – de causas ideológicas ulteriores⁶⁵ (em relação às quais previa-se uma reverência ritual formal cuja influência efetiva podia ser ignorada). E isto combina muito bem com o estado de espírito daqueles intelectuais no século XVIII que, achando-se pouco incomodados pela autoridade teológica, estavam bem satisfeitos em ignorá-la e em prosseguir com a exploração da natureza. Muitos dos próprios clérigos, da segurança de suas instalações eclesiásticas, foram capazes de impulsionar o Iluminismo. Mesmo o atroz bispo de Llandaff fundou sua reputação, em um primeiro momento, sobre suas contribuições, não à teologia, mas à química. Os unitaristas empurraram Deus para tão longe, dentro de seu paraíso baconiano de primeiras causas, que Ele tornou-se um tanto inócuo, exceto para propósitos de encantação moral. Foi deixado sozinho (ai de mim! para ser trazido de volta mais tarde contra o povo como um papa

⁶⁴ *The new Atlantis*.

⁶⁵ N. dos T.: Ulterior, em inglês, pode ser algo inconfesso, dissimulado, ou que está além ou depois de alguma coisa.

furiioso) enquanto a burguesia lançou-se à sua verdadeira herança: a exploração da natureza.

Não devia ter acontecido desse modo. O céu deveria ter sido assaltado, *molte con brio*, e os frutos do conhecimento deveriam ter sido arrancados das garras dos padres. Mas aconteceu do jeito que aconteceu. (O contraste entre, deixe-nos dizer, Zola de um lado e Hardy e George Moore de outro, ou entre Anatole France e E. M. Forster salienta uma persistente diferença em estilos literários.) Foi um acontecimento que marcou época de tal modo que podemos desculpar nossos autores por não percebê-lo: freqüentemente vemos as casas, mas ignoramos a paisagem. Contudo foi um avanço que, mesmo espetacular, estava contido no interior de suas próprias limitações ideológicas. De um lado, a estrutura dada por Newton à física e às ciências naturais tendia a partilhar a mesma inclinação naturalista e mecânica com a teoria constitucional inglesa. De outro, a licença para explorar a natureza não foi estendida com a mesma liberalidade à exploração da natureza *humana*, a sociedade.

É isto que torna o momento de *A origem das espécies* tão provocante e, em seus próprios termos, uma confirmação do método empírico. Pois, da sua base nas "causas secundárias", as ciências naturais estavam aglutinando suas forças contra a própria Primeira Causa ou, senão contra Deus (que, como os fatos evidenciaram, estava disposto a aceitar sua transferência para um empíreo ainda mais remoto), então contra interpretações mágicas sobre a origem do mundo natural e do homem. Biologia, geologia, história natural, astronomia..., após décadas de acumulação empírica, eram um conjunto de questões prementes para resolução. E a ruptura, o momento de síntese, veio, não com algum Voltaire inglês imerso no tumulto metropolitano, mas com um homem neurótico, solitário, intelectualmente evasivo, outrora destinado a uma carreira clerical, que, entretanto, foi o protagonista de um hábito empírico herdado, o

qual, crescendo nele a tal grau de intensidade, traduziu-se em uma coragem intelectual de tirar o fôlego à medida que, laboriosamente, reestruturou ciências inteiras e efetuou uma nova síntese. Não podemos ir adiante de qualquer explicação sobre Darwin sem a convicção de que o respeito pelo fato não é apenas uma *técnica*: também ele consegue ser uma força intelectual por si mesmo. Aprontado o labor, o conflito podia começar. Huxley podia assaltar o céu. Mais sábio, Darwin lançou mão de uma ação sutil e ofereceu um comentário sobre fertilização de orquídeas.⁶⁶ Ele sabia que ninguém no paraíso tinha paciência de estudar cracas o tempo suficiente para dar-lhe alguma resposta. Lembramos Huxley como ideólogo, Darwin como cientista.

Isso indica um lugar onde a tradição intelectual inglesa ofereceu algo além de "nulidade". Em um certo sentido, o darwinismo aparece como resultado natural e inevitável de uma cultura de capitalistas agrários, que haviam investido décadas em horticultura e pecuária empíricas. A maioria das revoluções no pensamento tem essa aparência "natural" de tal modo que alguns estudiosos se perguntam porque o darwinismo demorou tanto para acontecer, e não como conseguiu fazê-lo. Em outro sentido, nada foi natural com relação a uma transmutação do pensamento científico que derrotou categorias estabelecidas vigentes há séculos e que efetuou uma nova visão da natureza humana. Deveria ter havido mais crise do que realmente houve, mais comoção nos céus ideológicos, os intelectuais deveriam ter assinalado seus compromissos, firmado manifestos, identificado suas lealdades nas revistas. O fato disso ter ocorrido em escala comparativamente pequena pode ser satisfatoriamente explicado pelo fato de Darwin dirigir-se a um público protestante e pós-

⁶⁶ Quando Darwin começou a trabalhar em *The descent of man*, Emma Darwin escreveu resignadamente: "penso que será muito interessante, mas que não gostarei muito à medida que novamente plantar Deus ainda mais distante".

baconiano, o qual há muito havia assumido que, se Deus estava em questão diante de um Fato considerável (ou se um dogma estava em desacordo com a consciência humana), era o primeiro quem deveria render-se. A *intelligentsia* de Outros Países tem sido mais afortunada, podendo travar suas batalhas com mais *panache* e mais apelo a Universais pois, até hoje, tem conseguido manter a Igreja Sagrada como antítese.

Duas outras heranças ideológicas da Revolução (ambas despercebidas por nossos autores) têm a mesma aparência “natural”. Não posso examinar aqui a tradição democrático-burguesa além de insistir que, para o bem ou para o mal, contribuiu enormemente mais para o universo intelectual da classe trabalhadora inglesa do que o utilitarismo, ao qual é dado tanta importância. Foi uma contribuição feita não apenas em um nível institucional e articulado mas também para o consenso subpolítico de um povo o qual (como dois marxistas ingleses razoavelmente perspicazes uma vez notaram) “sempre se sentiu ofendido diante de uma organização mecânica e rígida de qualquer tipo”.⁶⁷ (Foi certamente essa resistência – largamente reforçada pela experiência stalinista – que tem engendrado uma grande objeção à ampla aceitação do “marxismo”? Tenho freqüentemente notado o olhar desanimado proveniente de um público de trabalhadores quando é abalroado por um estridente advogado desta ou daquela tendência do marxismo ortodoxo, como se o *tom*, muito mais que o argumento, provocasse no seu inconsciente coletivo alguma lembrança do oficial de justiça ou dos tribunais eclesiásticos.)

Já comentei sobre a gênese da economia política capitalista. Foi uma ideologia altamente estruturada e, de longe, mais sistemática do que está para ser encontrado em áreas puramente políticas ou filosóficas. Foi assim, em parte, porque os mais avançados agricultores, bem como al-

⁶⁷ William Morris e E. B. Bax, *Socialism, it's growth and outcome* (1893), p. 116.

guns dos fabricantes, encontravam-se impedidos tanto pelo sistema de teoria mercantilista e paternalista, que era razoavelmente sistemático (embora em desintegração), quanto pelas restrições estatutárias. Um sistema gerou um outro, contrário e superior.

Bacon expeliu Deus das ciências naturais. Adam Smith expeliu-o da teoria econômica. Tawney e Hill examinaram as fases preparatórias, as representações morais cambiantes dos homens em suas relações econômicas, as quais conduziram a esta súbita e veloz desmoralização de todas elas. Smith levou às funções econômicas do Estado a mesma ciosidade que Locke demonstrara ter com suas funções políticas. Tal como Locke, desejou que o poder e a iniciativa fossem disseminados entre os proprietários.

“Nenhuma exortação ao cuidado do soberano pode jamais contrabalançar o menor desencorajamento ao desvelo do senhor de terras. O cuidado do soberano pode, no melhor dos casos, ser apenas uma consideração geral e vaga daquilo que é adequado contribuir para o melhor cultivo de maior parte dos seus domínios. O zelo do senhor de terras é uma consideração, particular e minuciosa, do que é mais apropriado à aplicação mais vantajosa possível de cada polegada do solo sob sua posse. O principal cuidado do soberano deve ser o de estimular, através de todos os meios a seu dispor, o zelo tanto do senhor de terras quanto do grande arrendatário, permitindo a ambos perseguir seus próprios interesses por seus próprios meios”.

O protestantismo econômico – a economia “política” (mas, mais verdadeiramente, antipolítica) – fundado por Smith não ameaçou derrubar o Estado. Virou-lhe as costas simplesmente, deixando-lhe somente funções residuais: manutenção da segurança, facilitação do transporte, remoção das restrições sobre o comércio. O triunfo dessas teorias e o modo satisfatório de seu funcionamento explicam a relativa indiferença

da burguesia industrial quanto à teoria política enquanto tal: ela não importava. Quando cotejado com essa ideologia imensamente coerente e com suas persuasivas analogias com processos “naturais”, o utilitarismo não aparece como a “única ideologia autêntica” da burguesia, mas simplesmente como uma tradição subordinada no interior desta; um lembrete (a cada dia tornado mais premente pelas complexidades do industrialismo) de que o Estado tinha funções importantes; e um esforço para racionalizar suas instituições.

De qualquer maneira, a construção teórica de Smith e de seus sucessores não foi igualmente produto do “empiricismo cego”, consistindo em uma configuração sistemática de pensamento tão abrangente e, ao mesmo tempo, tão flexível que moldou a estrutura em cujo interior as ciências sociais e o pensamento político da Inglaterra vitoriana ainda estavam inscritos. Ela assegurou o imperialismo comercial, conquistou a inteligência da burguesia do mundo inteiro. E, após uma resistência aguda e impressionante (Hodgskin, Owen, O’Brien), o movimento operário inglês capitulou diante dela, reorganizando-se a fim de maximizar seus benefícios dentro dos marcos por ela ditados. Por fim, sobreviveu, menos na sofisticada teoria que na mitologia popular, até os dias de hoje. É em nome de alguma lei “natural” da livre iniciativa que o público tolera sua falta de liberdade em face de monopólios, especuladores de terra e donos de meios de comunicação.

Como é possível aos marxistas ignorá-la quando o próprio Marx, em um relance, a enxergou como seu mais formidável oponente ideológico, dedicando o esforço de uma vida para derrubá-la? Mas em tudo isso não consigo ver, de modo algum, o empiricismo como uma *ideologia*. Anderson e Nairn confundiram um *idioma* intelectual, que por várias razões históricas tornou-se um hábito nacional, com uma ideologia. Bacon

e Hazlitt,⁶⁸ Darwin e Orwell, podem ter todos eles empregado este idioma, mas apenas tenuamente podem ser vistos como estando ligados aos mesmos inconfessos postulados ideológicos. Tem havido recentemente uma tentativa, é verdade, de estabelecer o empiricismo *como* uma ideologia, ou fim-de-ideologia. Mas, embora isso sem dúvida tenha sido uma lisonja para com os britânicos, não conseguiu ser convincente, e a moda está bem próxima de seu ocaso.

Sem dúvida, nossos autores sofreram uma penosa exposição a esta fase da Guerra Fria intelectual e sua rebelião contra ideólogos ingleses – Popper, Hayek, Beloff, Elton – lhes dá algum crédito. Minha objeção vai de encontro a transformar um momento da rebelião em uma interpretação da história. Eles dizem algo de verdade. O idioma não é sem importância, pois o idioma empírico pode favorecer resistências insulares e oportunismo conceitual. Mas pode também disfarçar uma inteligência aguda e uma firmeza conceitual antes imanente que explícita. No melhor dos casos tem sustentado o realismo do romance inglês e tem servido (notadamente nas ciências naturais) como um idioma soberbamente adaptado à interpenetração entre teoria e práxis.

Quando jovem, Darwin escreveu numa carta, após um encontro com um amigo, que “ele tem um grande fato de um certo dente molar no Triássico”.⁶⁹ Marx também tinha este respeito por “grandes fatos” e em ambos podemos ver essa estimulante dialética de fazer-e-destruir, a formação de hipóteses conceituais e a produção de evidência empírica para reforçar ou quebrar essas hipóteses, a fricção entre pesquisa “molecular” e generalização “macroscópica”, a que Wright Mills frequentemente se referia. Em qualquer tradição intelectual vital, esta dialética, esta zona

⁶⁸ N. dos T.: Hazlitt, William. Ensaísta britânico do começo do século XIX, admirador de Napoleão Bonaparte.

⁶⁹ *Life and letters of Charles Darwin* (Nova Iorque, 1896), I, p. 495.

candente entre modelos e particularidades, é sempre evidente. O que é tão profundamente deprimente em muitas das diversas variantes do marxismo desde a morte de Engels é sua resistência teimosa a todos os “grandes fatos” que o século XX jogou na nossa cara e sua defesa igualmente teimosa (ou apenas modificações triviais) do modelo herdado. Podemos concordar sobre a mediocridade, indolência e paroquialismo de muito do pensamento britânico contemporâneo. E nós devemos concordar que o movimento da classe trabalhadora britânica “*necessita da teoria como nenhum outro*”.⁷⁰ Eu mesmo posso concordar com que essa teoria possa derivar da tradição marxista, embora de modo algum isso seja auto-evidente. Mas Anderson e Nairn estão muito tristemente enganados se acham que, nesses últimos tempos, irão destronar o “empiricismo” em nome de um sistema marxista autosuficiente, independente de este sistema ter sido adornado com alguns neologismos. Nem deveria ser-lhes permitido empobrecer o criativo impulso da tradição marxista deste modo. Pois o que falta ao seu esquema é o controle dos “grandes fatos”, e é improvável a Inglaterra capitular ante um marxismo incapaz de ao menos entabular um diálogo com o idioma inglês.

IV As versões que Anderson e Nairn nos oferecem da história da classe trabalhadora britânica encorajam de modo rarefeito a investigação. À medida que escorregamos pelas ladeiras da prosa de Nairn (em *Anatomy of the labour party*) não há terra firme nem afloram fatos históricos nos quais possamos nos agarrar – estejam eles atrofiados ou parcamente enraizados. Os fabianos aparecem com uma surpreendente influência e longevidade – e a eles, com exceção dos Webb, nenhum

⁷⁰ “The English working class”, p. 57.

nome é dado –, uma “esquerda” é repreendida e permanece, de 1900 a 1960, quase anônima e sem voz; os sindicatos são movimentados em torno do tabuleiro retórico, mas não se diz *quais* sindicatos. A história é aplainada, estreitada, condensada, fatos inconvenientes não são mencionados, décadas inconvenientes (por exemplo, de 1920 a 1940) são simplesmente suprimidas. Mais adiante, o tom farisaico se torna (para pegar emprestado uma frase) sufocante. Não é apenas o fato de ninguém jamais ter acertado, ninguém jamais esteve errado sequer de modo interessante ou respeitável. É “duvidoso (...) se algum outro movimento da classe trabalhadora produziu tantos ‘traidores’ (...) como o trabalhismo”. Mas esta tese deve ser contrabalançada por um escárnio da “denúncia irada dos líderes a quem os sectários e a esquerda trabalhista têm sempre se entregado”. Esta “esquerda”, jamais identificada, é açoitada por seu “moralismo característico”, por sua “aflitiva e vergonhosa impotência”, por sua “desajuizada paixão que é apenas o anverso de sua submissão ideológica” e por sua “total ignorância sobre como o partido funciona e sobre como deveria fazê-lo”. O “*ethos* dominante” do trabalhismo tem sido a “medrosa rabugice e o moralismo funerário”, “afundados em rotinas desesperadamente empoeiradas pelo tempo e em uma retórica indescritivelmente entediante”, com “seu lugar certo no firmamento britânico a meio caminho entre a Casa dos Lordes e os escoteiros”.

Todos entre nós fazemos este tipo de careta às vezes, mas não tomamos carranca por alta teoria. Podemos selecionar quatro áreas críticas de fraqueza apresentadas pelos dois autores. Primeiro, denotam inabilidade em compreender o *contexto político* das idéias e escolhas. Segundo, sente-se a ausência de qualquer dimensão sociológica séria em suas análises. Terceiro, há uma crucial vulgarização da noção gramsciana de “hegemonia”. E, quarto, não revelam o menor discernimento quanto ao impacto do comunismo sobre o movimento trabalhista britânico.

(i) O primeiro ponto – a inocência política de nossos autores – é de mais difícil discussão uma vez que seria satisfatoriamente perseguido apenas através de um exame íntimo de peculiaridades. É a opacidade de suas argumentações, saliente a cada vez que nos aproximamos de contextos históricos particulares, que inibe o debate e dá às suas teses uma certa plausibilidade compulsiva. De vez em quando, Nairn suspende momentaneamente seu serviço de condenação para indicar, do modo o mais esquemático possível, algum evento histórico real. Porém somos logo empurrados adiante por frases como: “os episódios particulares e personalidades do período” são de “pequena monta”, retomando a lenga-lenga fanfarrônica do presbítero de igreja marxista.

A história, todavia, é composta de episódios e, se não podemos adentrá-los, não podemos adentrar a história absolutamente. Isto tem sido sempre inconveniente para os esquemáticos. Tal com Engels notou em 1890: “a concepção materialista de história (...) tem muitos amigos hoje em dia, a quem serve como uma desculpa para não estudar a história”.

“Nossa concepção de história é acima de tudo um guia para o estudo, não uma alavanca para construção à maneira dos hegelianos... O que ocorre é que muitos dos jovens alemães simplesmente se aproveitam da frase materialismo histórico... a fim de obter seu próprio conhecimento histórico relativamente minguido... encaixado em um sistema arrumado o mais breve possível, e então pensam ser algo de realmente maravilhoso”.⁷¹

O tema da argumentação de nossos autores é: a tragédia da nossa história foi o fato do marxismo ter passado em branco pela classe trabalhadora britânica. A culpa é colocada sobre a insularidade e o conservadorismo sociológico dos sindicatos britânicos e sobre a omissão dos intelectuais britânicos. Um modelo simples objetividade-subjetividade é

⁷¹ Marx e Engels, *Selected correspondence* (1943), pp. 472-3.

empregado. Através dele os sindicalistas são vistos como cegos, práxis instintiva, e os intelectuais como a encarnação de uma consciência política articulada. Visto que faltava a *intelligentsia* marxista, os trabalhadores ficaram sujeitos a uma corrente tributária da ideologia capitalista, o fabianismo. Há mais do que uma insinuação de um novo voluntarismo elitista – bastaria que os nossos Primeiros Marxistas Brancos tivessem nascido mais cedo e o curso da história teria sido alterado.

Se, no entanto, inserirmos este modelo em um contexto político particular, ele não funciona tão bem assim. Em qualquer momento entre 1890 e os dias de hoje, encontraremos uma tradição minoritária muito substantiva, associada à esquerda organizada, influenciando alguns dos principais sindicatos. Encontraremos uma sistemática formação marxista de base – SDF, NCLC, Partido Comunista – a qual, embora indubitavelmente doutrinária, não tem sido mais doutrinária que o marxismo (até recentemente) oferecido ao proletariado de Outros Países. Ao mesmo tempo, um exame do registro factual mostraria que nossos autores exageraram bastante a influência dos “fabianos” e, se deixarmos de lado a influência direta do comunismo, a maior parte dos intelectuais com influência relevante sobre o movimento trabalhista britânico entre 1920 e 1945 era tanto de reformadores sociais no interior da tradição liberal (J. A. Hobson, Beveridge, Boyd Orr) quanto de *marxisant* independentes (Brailsford, Laski, Strachey, Cole) ou mesmo de socialistas éticos (Tawney, Orwell), e sua contribuição foi além do “moralismo sentimental”. Nem um desses grupos vagamente definidos ajusta-se à caracterização de Anderson do fabianismo – “confusão complacente de influência com poder, admiração bovina pela burocracia, desdém mal disfarçado de igualdade, filistinismo abismal”. A influência do “verdadeiro” fabianismo webbiano nesses anos foi pequena e, principalmente, confinada a certos políticos de carreira do Partido Trabalhista tornando-se muito mais

importante após 1945 (mas aqui deveríamos examinar o contexto político que favoreceu essa tendência no lugar de outras, que estavam disponíveis e que pareciam mais influentes em 1945). O que nossos autores fizeram foi pinçar uma impressão casual do conservadorismo sindical e da inércia intelectual dos últimos 15 anos para oferecê-la como uma interpretação de uma centena de anos de história.

A história real revelar-se-á somente depois de pesquisa muito árdua e não irá aparecer ao estalar de dedos esquemáticos. Todavia, se quisermos começar a compreender a esquerda britânica desde 1880, devemos considerar muito mais seriamente o contexto internacional e imperialista. Um dos "grandes fatos" do século XX, com o qual o modelo marxista ortodoxo encontra dificuldade para se ajustar, é o ressurgente nacionalismo do clímax imperialista. Este clima político-cultural hediondo, a contaminar profundamente as massas nos países metropolitanos, tem apresentado problemas bastantes excepcionais à esquerda. É um disparate total apresentar os últimos 80 anos sugerindo-se que, durante todo esse tempo, têm sido oferecidas à esquerda alternativas claras de desenvolvimento de uma estratégia "hegemônica" com vistas à conquista do poder de classe ou de capitulação ante formas capitalistas. Houve momentos fugazes – o início da década de 1890, 1911-14, 1945-47 – quando, em termos políticos reais, uma vigorosa estratégia socialista era viável. O movimento da década de 1890 ruiu frente à Guerra dos Boers, a vaga sindicalista de 1911-14 foi sufocada na I Grande Guerra enquanto que as potencialidades de 1945-47 foram abolidas pela Guerra Fria. Foi a noite de Mafeking, quando as mais sagradas distinções de classe dissolveram-se em histeria nacionalista, que assinalou o mergulho nessa época terrível. Na ação dos portuários das docas Victoria e Albert, que se recusaram a trabalhar qualquer navio não decorado em honra à rendição de Mafeking – aqueles mesmos portuários sobre cujo suporte Tom Mann

havia buscado fundar o internacionalismo proletário –, já podemos ver as derrotas esmagadoras que estavam por vir.⁷²

Desde então, a experiência comum da esquerda britânica tem sido a de encontrar-se em um contexto que oferece uma oportunidade muito pequena para um avanço estratégico mas que, ao mesmo tempo, impõe excepcionais deveres de solidariedade junto a outros povos. A mentalidade “oposicionista” da esquerda britânica é certamente uma perspectiva limitante, mas desenvolveu-se simplesmente porque nossa esquerda tem tido muita coisa ruim para se *opor*. Qualquer um que possui mais do que um conhecimento livresco da esquerda sabe que é assim.

Esta esquerda, seja a classe trabalhadora ou os intelectuais, com sua recusa tosca, e sem dúvida “moralista”, em se comprometer com o imperialismo não aparece no cânone de Anderson-Nairn. De fato, em alguns pontos a versão é, simplesmente, falsificada:

“todos os grupos políticos conservadores – liberais e fabianos – foram militantemente imperialistas em suas aspirações. O nascente movimento socialista partilhou do chauvinismo geral, Webb, Hyndman e Blatchford – fabiano, ‘marxista’ e partidário do International Labour Party (ILP) – respectivamente o mais influente, o mais ‘avançado’ e o mais popular porta-voz da esquerda, foram todos, a seu modo, abertamente imperialistas”.⁷³

Isso é retalhar a história com o jeito de ajustar um modelo a uma vingança. Anderson só pode fazê-lo ignorando as agudas tensões no interior do liberalismo (o conflito irlandês, Lloyd George emergendo como “pró-Boer”, etc.), confundindo a tradição socialista com o pequeno grupo eli-

⁷² Ver F. Bealey, “Les travaillistes et la guerre des Boers”, *Le Mouvement Social*, 45, out./dez. de 1963, pp. 69-70; J. A. Hobson, *The psychology of jingoism* (1901).

⁷³ *Origins*, p. 35.

tista fabiano⁷⁴ e colhendo os exemplos cautelosamente. William Morris, Tom Mann e Keir Hardie teriam apresentado uma interpretação diferente. (Da mesma forma, Nairn apresenta a notória erupção de chauvinismo de Tillet no I Congresso Anual do ILP como se fosse o autêntico ILP, não mencionando que Tillet foi imediatamente repreendido.)⁷⁵ É certamente verdade que o imperialismo enraizou-se profundamente dentro do movimento operário, e até mesmo em grupos socialistas. Esta é a tragédia do socialismo europeu deste século. Contudo, um exame dos próprios exemplos citados por Anderson – a suspeita com que foi recebido o chauvinismo dissimulado de Hyndman e Blatchford por uma parte substancial dos seus próprios seguidores e a rapidez pela qual perderam esses seguidores quando o mesmo chauvinismo se expôs às claras – revelaria um quadro muitíssimo mais complexo.

A esquerda britânica, nos últimos 80 anos, não tem jamais se confrontado com opções teóricas abstratas, mas tem estado imersa em inelutáveis contextos políticos característicos do poder imperialista metropolitano. Se correremos os olhos sobre os últimos 50 anos tomando as questões em torno das quais o conflito esquerda-direita foi mais agudamente travado, descobriremos que a maior parte delas nasceram deste contexto: oposição à guerra, reação à Revolução Russa, independência da Índia,

⁷⁴ Ver, especialmente, B. Semmel, *Imperialism and social reform* (1960), cap. III, para a inacreditável estória dos “coefficients”. E. J. Hobsbawm, *Labouring men*, (1964), cap. XIV, enfatiza (em termos que podem ser enfáticos demais) que “as propostas reais da Sociedade, até justamente antes da I Guerra Mundial, eram quase sempre discrepantes em relação à maioria dos outros setores da esquerda política radical ou socialista” (p. 264).

⁷⁵ *Independent Labour Party, report of first annual conference* (1893), pp. 3 e 5. Conforme Nairn - 1, p. 50 e seu comentário: “aqui estava o autêntico espírito do trabalhismo; orgulhosamente antiteórico, vulgarmente chauvinista, etc.”. De fato, Hardie exortou Edouard Bernstein, o fraterno delegado alemão, a replicar da tribuna o ataque de Tillet.

ascensão do fascismo, Guerra Civil Espanhola, segundo *front*, Guerra Fria, rearmamento alemão, guerras do Quênia e Chipre, CND. E este é o recorrente ciclo de vida de uma esquerda sobre quem nossos autores nunca cessam de acumular escárnio por sua insularidade. A paróquia em cujo interior eles supõem estar confinada a esquerda britânica é, em realidade, a paróquia de sua própria compreensão histórica imperfeita. Crescentemente comprometida (tanto quanto confundida) por suas reações ao comunismo, é uma tradição que perdeu muito de sua coerência e autoconfiança desde a última guerra. Não obstante, está ainda lá, e o triunfo temporário do CND no Labour's Annual Conference, em 1960, aparece não como um "milagre" (como Nairn indica) mas sim como a expressão autêntica de uma tradição, profundamente enraizada, não apenas em uma *intelligentsia*, mas nos sindicatos e nas bases do partido.

Naturalmente, os triunfos têm sido raros. Inclusive nos Outros Países (os definitivos pelo menos). Porém, só o platonista supõe ser a política uma arena onde o iluminado pode ingenuamente perseguir apenas fins teleológicos, tal como "a conquista do poder de classe". Há hoje os que vivem, os que sofrem e aqueles que são oprimidos, e política se faz tanto sobre eles quanto sobre o futuro. Uma política que ignore solidariedades imediatas tornar-se-á peculiarmente teórica, impiedosa e autodestrutiva. Há, até mesmo, um sentido (mas não um sentido fabiano) pelo qual, em um país imperialista metropolitano, a política da esquerda deve ser, em certas ocasiões, aquela infame arte do possível. Têm nossos autores realmente começado a perceber a escala do sofrimento humano neste século e *quantas* questões candentes particulares têm sido atiradas sobre nossa esquerda sem que obrigações de solidariedade permitissem opção? Agora os prisioneiros de Meerut, depois Munique, logo Suez, agora Ibadan, logo Rhodesia, depois Abissínia, logo o Quênia, agora Espanha e agora o Vietnã.

Geralmente, a derrocada do imperialismo não tem sido o primeiro item da agenda, mas veio logo abaixo – entre outras tarefas, quando fizemos a tentativa de salvar essas vidas ou, quiçá, impedir a aniquilação de todas as agendas históricas. Entrementes, tem sido possível protestar, alertar a opinião pública, mobilizar grupos de pressão a fim de mitigar o controle imperialista ou expressar solidariedade com Outros Países. Com suas inumeráveis defesas contra qualquer derradeira confrontação de forças de classe, as estruturas democráticas britânicas apresentam, todavia, oportunidades excepcionais para o registro de pressões parciais e de oposição. Nairn nos relata que a esquerda e a direita no Partido Trabalhista têm estado engajadas, durante quase 60 anos, em um pseudoconflito. Mas ele mal se dá o trabalho de dizer-nos *em torno* de que girava este conflito. De quem era o sangue, então, que correu debaixo daquelas pontes carregando a história até o tempo presente? Não estamos em condições de julgar a esquerda por suas falhas, a menos que possamos avaliar onde ela logrou (ou não) influenciar eventos nesta ou naquela situação real. Se pudesse ser demonstrado que a esquerda foi bem-sucedida em influenciar os acontecimentos que efetivamente contribuíram para a derrota do nazismo ou para a independência da Índia do domínio imperial sem um banho de sangue indo-chinês ou algeriano, poderíamos então persuadir Nairn a controlar seus ímpetos de nojo por um momento? Seria, é claro, muito melhor que a esquerda tivesse tomado o poder de Estado. Qualquer novato sectário o sabe.

Então, olhemos a história *como* história – homens situados em contextos reais (que eles não escolheram) e confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres, dispondo, apenas, de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação – e não como um texto para fanfarronices do tipo *assim deveria ter sido*. Uma interpretação do trabalhismo britânico que atribui tudo ao

fabianismo e à negligência intelectual é tão inútil quanto uma explicação da Rússia dos anos 1924 a 1953 que atribui tudo aos vícios do marxismo ou ao próprio Stalin. E outra coisa ausente – nosso segundo ponto – é qualquer dimensão sociológica.

(ii) Isso pode ser visto no uso esquemático que nossos autores fazem do conceito de *classe*. Em sua apresentação extraordinariamente intelectualizada da história, a classe é travestida com imagens antropomórficas. As classes têm atributos de identidade pessoal, vontade, metas conscientes e qualidades morais. Mesmo quando o conflito aberto está inativo, devemos supor uma classe dotada de uma identidade ideal intacta, adormecida ou dotada de instintos e tudo o mais.

Isso é, em parte, uma questão de metáfora que – tal como vemos nas mãos de Marx – às vezes oferece uma explicação magnificamente viva de alguma regularidade histórica. Entretanto, nunca se deve esquecer que permanece como uma descrição metafórica de um processo mais complexo que acontece *sem* identidade ou propósito. Se, nas mãos de Marx, a metáfora, às vezes, se extravia, nas de Anderson e Nairn ela vem a substituir a história. Supõe-se que “ela” (a burguesia ou a classe trabalhadora) permanece com a mesma e apenas uma personalidade, embora em diferentes estágios de maturidade, durante épocas inteiras, esquecendo-se o fato de estarmos lidando com pessoas diferentes, com tradições em mutação e relações que também se alteram tanto entre si como em contato com outros grupos sociais.

Pode-se tomar do declínio do cartismo um exemplo de sua interpretação. Este, conclui Anderson, foi “arruinado por sua estratégia e liderança lamentavelmente débeis”; a classe trabalhadora então sofreu uma “extrema exaustão” e, com o seu declínio, “desapareceu por 30 anos o *élan* e a combatividade da classe. Verificou-se então uma profunda ce-

sura na história da classe trabalhadora inglesa". "Daí em diante ela se desenvolveu – separada mas subordinada – no interior da aparentemente intocável estrutura do capitalismo britânico".⁷⁶ Como descrição, isso é parcialmente verdadeiro. O fim do cartismo marca um ponto de inflexão muito significativo nos rumos da agitação da classe trabalhadora, uma virada que pode ser encontrada (geralmente mais tarde e nem sempre de forma tão decisiva) na história de outros capitalismo industriais avançados. Mas se Anderson tivesse levado em consideração alguma versão de nossa "inerte historiografia", teria pensado que a virada já podia ser detectada alguns anos antes de 1848 e que estava em curso uma mudança de larga envergadura no interior da própria classe trabalhadora.⁷⁷ Em termos sociológicos, representou uma parte dessa mudança a separação de diferentes grupos ocupacionais, novos e velhos, qualificados e desqualificados, organizados e desorganizados, metropolitanos e provincianos, momentaneamente unidos pelas grandes agitações que levaram ao clímax cartista de 1839.

Essa mudança pode ser registrada de várias maneiras: a introdução da prática "não política" no interior de certos sindicatos (Associação dos Mineiros, 1842) é uma delas, o novo modelo do movimento de cooperativas de consumidores é outra (Rochdale, 1844). O que se observa é a formação de raízes sociológicas do reformismo extraordinariamente profundas. O que impressionou um observador perspicaz, numa visita a Lancashire na pior fase da depressão de 1842, não foi a fragilidade do "sistema de fábrica" e sim sua durabilidade:

"o sofrimento aqui não afrouxou as ataduras da confiança, milhões de bens dependem de um prego enferrujado ou das cin-

⁷⁶ *Origins*, pp. 33 e 39.

⁷⁷ Ver, por exemplo, Asa Briggs, "Chartism reconsidered", *Historical studies*, M. Roberts (org.), II (1959), pp. 42-59.

zas de um cachimbo e mesmo assim, ninguém sente temor pela segurança de seu estoque ou maquinário embora, no caso de uma *jacquerie* operária, nem toda a força militar da Inglaterra pudesse defendê-los”.

Pelo contrário, a miséria “tem levado os mestres e os homens a aproximar-se cada vez mais e a exibir abertamente sua mutualidade de interesses”. Os trabalhadores passaram a temer, sobretudo, não a máquina, mas sua *perda* – a perda do emprego.⁷⁸

O ajuste psicológico ao “sistema fabril” implicou em ajustes adicionais. Há uma “profunda cesura”, não na história, mas na análise de Anderson, ou melhor, na análise do tipo de história por ele aprovada. Porque os trabalhadores, tendo falhado em derrubar a sociedade capitalista, se puseram a povoá-la de uma ponta à outra. É exatamente nessa “cesura” onde se constroem as instituições de classe características do movimento trabalhista – sindicatos, federações, TUC,⁷⁹ cooperativas e tudo mais –, vigentes até hoje. Fazia parte da lógica desta nova direção que cada avanço no interior da estrutura do capitalismo deveria simultaneamente envolver ainda mais profundamente a classe trabalhadora dentro do *status quo*. Os trabalhadores, ao fortalecerem sua posição com a organização nos locais de trabalho, mais se tornaram relutantes em aderir a quixotescos tumultos que poderiam comprometer ganhos acumulados com tanto custo. Cada afirmação da influência da classe trabalhadora dentro do interior da máquina de Estado democrático-burguesa simulta-

⁷⁸ W. Cooke Taylor, *Notes of a tour in the manufacturing districts of Lancashire* (1842), especialmente pp. 7, 43, 64 e 115. Compare-se com Marx: “o avanço da produção capitalista desenvolve uma classe trabalhadora, que, por educação, tradição e hábito, enxerga as condições do modo de produção capitalista como leis auto-evidentes da natureza. A organização do processo de produção capitalista, uma vez plenamente desenvolvida, quebra toda resistência... A compulsão inerte das relações econômicas completa a sujeição do trabalhador ao capitalista”. *O capital*, p. 761.

⁷⁹ N. dos T.: TUC é a sigla de Trades Unions Congress, central sindical inglesa.

neamente os implicava como sócios na direção da máquina (ainda que como sócios antagonistas). Mesmos os índices do vigor da classe trabalhadora – os recursos financeiros dos sindicatos e das cooperativas – estavam seguros apenas sob a custódia da estabilidade capitalista.⁸⁰

Não se pode narrar a história inteira. Este foi o rumo tomado e, sob todas as diferenças de expressão ideológica, uma imbricação semelhante das organizações da classe trabalhadora com o *status quo* será encontrada em todas as nações capitalistas avançadas. Não precisamos concordar necessariamente com Wright Mills e afirmar tal fato como a indicação de que a classe trabalhadora só pode ser revolucionária no momento de sua formação,⁸¹ mas devemos, creio eu, reconhecer que, passado o momento de pico, a oportunidade para um certo *tipo de* movimento revolucionário passa irrevogavelmente – não tanto em função da “exaustão” mas porque pressões reformistas, mais limitadas, vindas de sólidas bases organizacionais, trazem retornos evidentes. Em grande medida, Nairn, em seu relato dos desenvolvimentos do século XX, freqüentemente se atém aos epifenômenos parlamentares para confundi-los com o movimento real, subestimando tanto a intensidade dos conflitos reais na base quanto a

⁸⁰ Havia, no começo da década de 1860, nas cidades algodoeiras do sul e leste de Lancashire, 118 lojas cooperativas com um capital de 270,267 mil libras e um movimento anual de 1,17 milhões de libras; 50 cooperativas manufatureiras com capital nominal de 2 milhões; hipotecas de sociedades construtoras de 220.000 mil libras (“o grosso desta soma consiste em depósitos da baixa classe média e do estrato superior da classe trabalhadora”) cerca 500 mil libras em 250 sociedades de amigos e “provavelmente a metade ou mais possuída por sociedades de ofício”, 3,8 milhões mantidas por 14.069 depositantes (muitos deles trabalhadores qualificados) em cadernetas de poupança (em toda Lancashire). J. Watts, *The facts of the cotton famine* (1866), pp.88-9.

⁸¹ C. Wright Mills, “The New Left”, *Power, politics and people* (1963), especialmente p. 256: “geralmente parece que apenas em certos estágios (iniciais) da industrialização, e em um contexto político de autocracia, etc., os trabalhadores assalariados tendem a tornar-se uma classe para si...”; ver também meu “Revolution again”, *NLR*, 6, especialmente pp. 24-30.

soma verdadeiramente astronômica de capital humano investida na estratégia de reforma gradual. É esta base sociológica e institucional do reformismo que o tem tornado tão seguro, e nenhuma soma de denúncias – de Hyndman e seus “paliativos” ou de Nairn com sua “ideologia corporativa” – irá absolutamente perturbá-lo.

A partir dessas formações sociológicas é possível visualizar três tipos de transição socialista, nenhuma das quais foi, de fato, levada a cabo de forma bem-sucedida. Primeiro, a revolução sindicalista pela qual as instituições de classe deslocam a máquina de Estado existente. (Suspeito que o momento para uma tal revolução, se ela foi algum dia praticável, já passou no ocidente.) Segundo, através de um partido político, mais ou menos constitucional, baseado em instituições de classe e com uma estratégia socialista claramente articulada cujas reformas cumulativas levam o país a um ponto crítico no equilíbrio de classe, sendo a partir daí imprimida uma transição revolucionária. Terceiro, por meio de mudanças adicionais de longo alcance na composição sociológica dos grupos constitutivos da classe histórica, acarretando o colapso das velhas instituições de classe e sistemas de valor e a criação de outras novas.

É a segunda possibilidade a que mais tem sido debatida na esquerda britânica embora, na minha visão, a terceira – ou alguma combinação dela com a segunda – deva ser levada em consideração. É abundantemente evidente que o operariado tem galgado posições de poder no interior da sociedade capitalista. É *óbvio*, “no balanço final de forças”, a “permanente superioridade resultante da classe hegemônica” não está em disputa.⁸² É *óbvio*, desde há muito tempo, tem sido uma tarefa da esquerda formar o que Nairn descreve como “uma síntese ideológica e prática que articule a imediatez das reformas com o ideal mais remoto de uma sociedade socialista”.⁸³ É exatamente esta a perspectiva que a antiga

⁸² *Origins*, pp. 49-50.

⁸³ Nairn - 1, p. 64.

Nova Esquerda se colocou embora nós a chamássemos, algo mais sucintamente, de “táticas reformistas no interior de uma estratégia revolucionária”. É agradável ver toda essa pesada artilharia teórica caindo, finalmente, na mesma área de alvo. Mas, em qualquer caso, seja qual for o método analítico empregado, uma boa porção de tudo isso é apenas brisa quente: formulamos um problema mas não ficamos mais próximos de sua solução. O trabalho real de análise permanece: a análise sociológica dos grupos em transformação no interior de camadas mensalistas e horistas,⁸⁴ os pontos potenciais de aliança e antagonismo, a análise econômica, a análise cultural, a análise política, não só das formas de poder de Estado mas também das burocracias do movimento trabalhista. Não obstante nossa abordagem ter sido assistemática e inacabada, considero que estávamos de fato avançando neste trabalho mais do que a nova Nova Esquerda – com sua hostilidade ao “empiricismo” (isto é, atenção a fatos inconvenientes) e sua precipitação em costurar a história em moldes pré-desenhados – é capaz de fazê-lo.

(iii) Um exemplo do esquematismo de nossos autores será encontrado na noção gramsciana de “hegemonia”. “Hegemonia”, nos diz Anderson,

“foi definida por Gramsci como a dominação de um bloco social sobre outro, não simplesmente por meios de força ou riqueza, mas por uma autoridade social total cuja derradeira sanção e expressão é uma profunda supremacia cultural... A classe hegemônica é o determinante fundamental da consciência, caráter e costumes de um extremo a outro da sociedade”.

⁸⁴ N. dos T.: Os ingleses fazem uma distinção entre *salary* (pagamento mensal para trabalhadores não-manuais) e *wage* (pagamento por hora para trabalhadores manuais). Optamos por reproduzir a classificação que as indústrias fazem entre mensalistas (trabalhadores de escritório que ganham por mês) e horistas (empregados do setor fabril que recebem por tempo trabalhado).

A isto Anderson adiciona a antítese de uma "classe corporativa". O proletariado inglês emergiu no século XIX como uma classe "distinguida por uma consciência de classe corporativa imutável e por quase nenhuma ideologia hegemônica":

"este paradoxo é o fato singular mais importante acerca da classe trabalhadora inglesa. Se uma classe hegemônica pode ser definida como sendo aquela que impõe seus próprios fins e sua própria visão na sociedade como um todo, uma classe corporativa, ao contrário, é aquela que persegue seus próprios fins no interior de uma totalidade social cuja determinação global jaz exterior à ela".

Uma resposta curta a isto é: por definição, apenas uma classe dirigente pode ser hegemônica e, pela mesma definição, uma classe subordinada deve ser "corporativa". Mas Anderson transfere isto para o terreno da aspiração ideológica:

"uma classe hegemônica busca transformar a sociedade em sua própria imagem inventando novamente seu sistema econômico, suas instituições políticas, seus valores culturais e todo seu modo de inserção no mundo. Uma classe corporativa busca defender e melhorar sua própria posição dentro de uma ordem social aceita como dada".⁸⁵

Daí em diante é possível a Anderson e Nairn empregar termos como "hegemônico" e "corporativo", exatamente da mesma maneira que os socialistas costumavam empregar os termos "revolucionário" e "reformista". Não temos um novo instrumento de análise mas a sofisticação do velho.⁸⁶

⁸⁵ *Origins*, pp. 39 e 41.

⁸⁶ Ver as críticas dirigidas por Gwyn Williams (*ubi infra*) a Togliatti e sua "crua vulgarização, com classes rivais trajando suas ideologias como uniformes, uma grosseira mutilação das teses de Gramsci".

Os novos termos podem representar ou não um avanço em relação ao velho. Porém, infeliz seria se o uso forçado do conceito distraísse a atenção das intuições de Gramsci, originais e profundamente enraizadas na cultura (se bem que freqüentemente ambíguas). Gramsci não escreveu sobre classes hegemônicas mas sobre hegemonia de uma classe – “a hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional exercida através das assim chamadas organizações privadas, tal como a Igreja, as municipalidades, as escolas, etc.”. Ou, nas palavras de um sensível expositor,

“por hegemonia, Gramsci parece indicar uma situação sócio-política (em sua terminologia um “momento”) onde a filosofia e a prática de uma sociedade se fundem ou estão em equilíbrio, uma ordem onde um certo modo de viver e pensar é dominante, onde um conceito da realidade é, de ponta a ponta, difundido em uma sociedade em todas suas manifestações institucionais e privadas, informando com este espírito todo o gosto, moralidade, costumes, princípios políticos e religiosos e todas as relações sociais, particularmente em sua conotação moral e intelectual, o que implica, por fim, em um elemento de direção e controle, não necessariamente consciente. Esta hegemonia corresponde a um estado de poder concebido na terminologia marxista convencional como ditadura de uma classe”.⁸⁷

Na realidade, Gramsci estava rompendo com o modelo esquemático ao qual Lenin, no livro *O Estado e a revolução*, havia reduzido a teoria do Estado, restaurando-lhe uma flexibilidade e uma ressonância cultural muito maiores. O poder de classe poderia agora ser visto não mais como

⁸⁷ Ver, especialmente, A. Gramsci, *Il materialismo storico* (Turim, 1955). Meu italiano é fraco demais para oferecer traduções. Sigo aqui a admirável análise de Gwym Williams, “The concept of ‘egemonia’ in the thought of Antonio Gramsci”, *Journal of the History of Ideas*, XXI, 4, out./dez. de 1960, pp. 586-99. Ver também H. Stuart Hughes, *Consciousness and society* (1959), p. 101 e ss.

uma mera ditadura mal disfarçada, mas em formas muito mais sutis e penetrantes e, conseqüentemente, compulsivas.

Não posso afirmar o quanto os conceitos de Gramsci superaram plenamente as dificuldades inerentes ao modelo marxista de poder de classe, mas certamente não contêm nenhuma autorização para seu emprego à maneira de Anderson e Nairn: *um estado de hegemonia* não pode ser reduzido a uma propensão adjetivadora associada a uma classe. A antítese da hegemonia de uma classe pareceria ser, não o corporativismo de uma outra classe, mas o estado de ditadura nua de uma classe que não dispõe de recursos culturais, ou de maturidade intelectual, para deter o poder de outro modo (ou seja, o que Gramsci chamou de "Estado força" ou "estatolatria", uma condição que ele sugeriu seguir-se à Revolução Russa). Estritamente, o conceito pode ser somente relacionado ao poder de Estado, sendo inaplicável a uma classe subalterna a qual, pela natureza de sua situação, não pode dominar o *ethos* de uma sociedade. Talvez haja a possibilidade de uma classe subordinada se *preparar* para a hegemonia, gabaritando-se para tal ao exercer uma influência crescente sobre a vida intelectual e moral de uma nação através de suas instituições educacionais, por meio do controle dos órgãos de governo local, etc. Porém, isto claramente se adequa mais à tentativa de mediação de um partido político (tal como o PCI),⁸⁸ substituindo-se *pois* a classe e, de repente, entramos em um contexto muito diferente da confiante dominação de classe sugerida por *egemonia*. O máximo que estamos habilitados a dizer é que uma classe subalterna pode apresentar uma hegemonia embrionária, ou exercê-la em áreas muito limitadas da vida social.

⁸⁸ N. dos T.: Thompson refere-se ao extinto Partido Comunista Italiano, que, no seu último congresso deu origem ao Partido Democrático da Esquerda e ao Movimento de Refundação Comunista.

O perigo inerente ao aceite de novos termos é o de sermos levados a supor que alguma explicação radicalmente nova foi oferecida quando, na verdade, são, apenas, novos modos de descrever um conjunto de fatos há muito familiar. E a nova descrição não confere o peso adequado, não só ao vigor sociológico do reformismo britânico, mas também às suas realizações reais. Ele é forte porque, dentro de seus gravíssimos limites, tem funcionado. Embora não devamos jamais esquecer a projeção da sombra do imperialismo, a Grã-Bretanha tem sido uma sociedade comparativamente humana. Certos valores democráticos consolidados estão longe de serem manifestos no mundo socialista. O poder de barganha dos trabalhadores é forte, não só em matéria de salários mas também sobre um largo espectro de demandas adicionais. A classe trabalhadora britânica entrincheirou-se atrás de uma densa rede de posições defensivas. E se, durante tantas décadas, tem se recusado a movimentar-se por fora delas para tomar uma postura ofensiva, isto não se deve tão somente a algum conservadorismo "corporativo", mas também a uma rejeição ativa daquilo que pareceu ser a única alternativa ideológica estratégica, o comunismo.

(iv) Esta é a mais espantosa lacuna das teses de Anderson e Nairn. O segundo conseguiu o impossível: uma anatomia do trabalhismo, em 25 mil palavras, durante os últimos 50 anos, onde o comunismo, como influência efetiva, seja ela interna ou externa, nunca aparece.⁸⁹ Isto é o mesmo que escrever *O morro dos ventos uivantes* sem Heathcliffe.⁹⁰ Nossos autores protestaram tanto contra a insularidade dos britânicos que uma cegueira voluntariosa nublou-lhes a visão. Eles deveriam olhar um mapa. Aqui está a ilha e lá, cruzando algumas milhas molhadas, es-

⁸⁹ Encontrei apenas uma menção à sua influência interna: "após 1941, com a aliança soviética, o comunismo entrou em moda", Nairn - 2, p. 37.

⁹⁰ N. dos T.: *Wuthering heights*. Referência ao romance de Emily Brontë, escrito em 1847 e cujo personagem central é Heathcliffe.

tão os Outros Países. Essas águas por vezes foram atravessadas. Essa cidade, Londres, não fica na Antártica mas tem sido, ao lado de Paris, Viena e Praga, uma grande capital *européia*. Em seu East End têm aportado levadas e levadas de refugiados e trabalhadores imigrantes. Às universidades têm chegado levadas e levadas de intelectuais emigrados. Por essas águas de lá vieram, nos anos 30, ondas e ondas de refugiados do fascismo; por essas águas lá foram, no início dos 40, ondas e ondas de tropas para ajudar na libertação da Europa do sul e do oeste e por essas águas de lá veio, entre fins dos 40 e 50, uma onda a mais de refugiados do Leste Europeu.

O comunismo é uma parte inextricável da história do trabalhismo britânico nos últimos 50 anos. Não posso esperar indicar aqui a extensão de sua irradiação na vida intelectual e, igualmente, nas “grutas empedernidas” do sindicalismo britânico. Nem mesmo creio que esta influência, em toda sua ambigüidade, já tenha encontrado um intérprete. Aqueles de nós que viveram tal experiência jamais serão capazes de tomá-la com a distância requerida pela análise. Em um certo sentido, o comunismo tem estado presente, desde 1917, como pólo oposto da ala direita ortodoxa do trabalhismo. O anticomunismo forneceu uma apologia para a paralisia, uma capa ideológica para acomodações, os meios principais pelos quais a social-democracia ortodoxa (algumas vezes em ativa ligação com empresários, a imprensa popular ou o Estado) buscou isolar a esquerda. As grandes traições e retrocessos – mais particularmente os posteriores a 1945 (Bevin, Deakin, Gaitskell) – foram acompanhadas por um crescendo de propaganda e medidas anticomunistas.

Em um outro sentido, o comunismo tem sido sempre o *alter ego* da esquerda sindical e trabalhista. De um lado, é um erro elementar supor que a influência política e industrial do Partido Comunista Britânico – ou seu prestígio intelectual – possa ser estimada com uma contagem de carteirinhas. Uma pista fundamental do circuito rompido entre teoria e prá-

xis será encontrada em algum lugar dessa história quando os militantes de 1920, seguindo as orientações de Lenin, agruparam-se nesse destacamento isolado, com sua intensa vida interior, e ingressaram neste modelo de auto-isolamento já fixado pela SDF. Esta história é em si de grande importância, principalmente nos anos 30 e 40, e não menos relevante em termos de conseqüências intelectuais. E, de outro lado, a incompreensão de Nairn diante da vacilação estratégica e das ambigüidades teóricas da esquerda trabalhista teria sido menor se tivesse examinado as relações peculiarmente íntimas – embora nem sempre cordiais – entre tal esquerda e o Partido Comunista. As grandes crises traumáticas da esquerda nesses 30 anos tiveram seu lugar aqui – os expurgos soviéticos, Espanha, pacto germano-soviético, Praga, zhdanovismo, Revolução Húngara – mas, a despeito disto, a esquerda trabalhista e, mais especialmente, seus sindicatos operaram, por longos períodos, com bases ideológicas e, em alguma medida, organizacionais completamente externas ao Partido Trabalhista. Estas bases foram mantidas pelo Partido Comunista em sua imprensa, em seus sindicatos e na militância no local de trabalho bem como, de tempos em tempos, em organizações de frentes populares muito mais amplas.

A força dessa relação originou-se não em alguma fraqueza nacional peculiar mas no condicionamento do contexto histórico e na inserção da Grã-Bretanha dentro dele. Circunstâncias similares, tomando formas diferentes, podem ser observadas nos Outros Países. E, se excetuarmos a Itália, a esquerda dos Outros Países não tem encontrado maiores facilidades para romper com este campo de força ideológico e construir bases independentes autênticas, livres não só da infiltração comunista mas também das recriminações obsessivas e da autodramatização do vanguardismo, tão freqüentemente presentes na tradição trotskista. Houve alguma esperança, uma vez, que nossa Nova Esquerda pudesse, de ma-

neira embrionária, fazer exatamente isto. E o “milagre” do CND, que foi um fenômeno relacionado com a falência moral do PC após 1956, realmente deu origem ao ressurgimento de uma esquerda *independente*. Foi um momento histórico precioso e, à medida que o perdemos, foi uma derrota irrestrita.

Derrotas acontecem. As velhas compulsões ideológicas enfraquecem-se ano após ano, e a chance pode voltar. Todavia a noção de nossos Primeiros Marxistas Brancos de que basta-lhes proclamar um “marxismo” indefinido para a *intelligentsia* nativa abandonar seus ritos empíricos primitivos e afluir em sua direção para ser batizada nasce de equívocos particularmente obtusos. Tem havido tráfico marxista nessas costas já há algum tempo, digamos, 100 anos. Ele tomou muitas formas. Como um padrão de atração e repulsa, o marxismo e o antimarxismo permeiam nossa cultura, atingindo nosso movimento trabalhista também de modo muito mais amplo do suposto por nossos autores. Não precisamos insistir nas deficiências do marxismo da SDF e do PC. O movimento característico tem sido aquele onde centenas de milhares de pessoas no movimento operário passaram por algum tipo de experiência educacional marxista para emergir depois de alguns anos – desiludidos com sua irrelevância ou com seu caráter doutrinário – em alguma variante *marxisant* eclética, articulada ou não, temperada pelo idioma empírico. Talvez 100 mil pessoas tenham passado pela SDF: várias vezes este número deve ter passado através da grande correia de transmissão do PC e seus auxiliares. (As seitas trotskistas de hoje repetem, com mais intensidade faccional, a mesma experiência.) Se nossos autores deixarem suas revistas parisienses por um momento e se avistarem com a gente real do movimento operário, irão achar muitos deles um tanto mais sofisticados do que os *simplici* conservadores de sua imaginação.

Vão se deparar, igualmente, com o encontro de tediosos obstáculos no seu autoproclamado papel de *illuminati*. Quando Anderson afirma que o “marxismo é o único pensamento que uniu rigorosamente a análise estrutural e a do desenvolvimento, que o marxismo é simultaneamente pura historicidade (negação de todas as essências supra-históricas) e funcionalismo radical (as sociedades são totalidades significativas)”,⁹¹ ele provoca, mesmo entre os bem dispostos, a vontade de fazer moucos os ouvidos. Quando Nairn aclama o marxismo como “ao mesmo tempo a doutrina natural da classe trabalhadora e a epítome do Iluminismo com as mais altas etapas do pensamento burguês em uma nova síntese”,⁹² a platéia começa a arrastar os pés e a tossir. *Este é um velho país europeu*. Já vimos não só a chuva que o novo Deus levou a Outros Países, bem como o trovão e o relâmpago – o maldito *deluge*. Por mais de uma geração, os intelectuais britânicos têm feito um pouco mais além de apresentar projetos para a arca.

V Nossa cultura intelectual é sensível aos conceitos marxistas por centenas de formas. Algumas das mais importantes posições da reação estabelecida foram erguidas na polêmica com o marxismo. A crise de confiança no comunismo lançou uma substancial parte da *intelligentsia* de esquerda dos anos 30 de volta ao refúgio dos velhos padrões de recuo cultural estabelecidos na época da Revolução Francesa. Mas, de forma alguma, todos daquela geração intelectual – e ainda muito menos aqueles do desencanto de 1956 – assumiram os padrões da omis-

⁹¹ “Portugal and the end of ultra-colonialism”, *NLR*, 17, p. 113. Não pretendo fazer uma crítica geral deste estudo, executado com grande habilidade.

⁹² Nairn - 1, p. 43.

são. Ao contrário, nossa vida intelectual manifesta, em relação à esquerda, um estranho ecletismo *marxisant* – uma (assistemática, e às vezes, mal articulada) submissão de um marxismo residual ao idioma empírico. Qualquer novo *núncio* marxista, chegando a estas plagas, deve esperar encontrar, não apenas uma oposição muito bem informada, mas também um questionamento profundo da parte daqueles dispostos a lhe dar alguma audiência. E os examinadores têm, em particular, o direito de perguntar em que pontos esse novo marxismo se distingue do de ideólogos stalinistas e pós-stalinistas.

Enfim, pode ser útil isolar certos problemas teóricos relativos ao marxismo e à história levantados neste artigo. Os mais importantes problemas encontrados se referem a um modelo do processo histórico que, sem dúvida, derivou de Marx. Embora nossos autores tenham criado algumas dificuldades por sua própria conta, por causa de sua formação histórica imperfeita ou de sua abordagem superesquemática, outras fraquezas parecem ser inerentes ao próprio modelo. Delas, podemos examinar as seguintes: a questão do modo correto de emprego de *qualquer* modelo, a metáfora da base e superestrutura, a dificuldade na costumeira representação do processo “econômico”, o conceito de classe e os problemas levantados por um modelo teleológico vocacionado para questões do poder. Uma vez que cada um deles foi levantado ao longo do percurso, podemos proceder agora com um mínimo de exemplificação.

(i) Um modelo é uma metáfora do processo histórico, indicando suas partes significativas, a forma pela qual estão inter-relacionadas e a forma pela qual mudam. Por um lado, a história se mantém irreduzível: permanece sendo *tudo* o que aconteceu. Por outro, a história não se torna história até que haja um modelo. A partir do momento em que as mais elementares noções de causa, processo ou padronização cultural entram

em cena, algum modelo é adotado. Será bem melhor se for explicitado. Mas no momento de sua explicitação começa a petrificar-se em axiomas. Nada é mais fácil do que levar um modelo até o proliferante desenvolvimento da realidade, dele selecionando apenas as evidências que estiverem em conformidade com os princípios seletivos. Sugerir que foi isto o que Anderson fez com a Revolução Inglesa. Quase se pode ouvir o estiramento das texturas históricas quando a vestimenta dos eventos ingleses (“lentes *parcialmente* contingentes mas *predominantemente* inteligíveis”) é forçada a cobrir o peitudo modelo de *La Révolution Française*. Ao final, com algumas costuras rompidas, o trabalho é levado a cabo. Sempre pode ser feito. E, ainda, se os primeiros marxistas tivessem se obcecado menos com a Revolução Francesa, e se preocupado mais com a Inglesa, o próprio modelo poderia ser diferente. Ao invés de um momento de clímax, “a” Revolução, nós poderíamos ter tido um modelo mais cumulativo e referido à época em causa, com mais de uma transição crítica.⁹³

Um perigo ainda maior é que um modelo, por mais flexível que seja o seu emprego, predispõe para que se olhe apenas para *certos* fenômenos, e para examinar a história pelas *conformidades* ao passo que é possível que a evidência descartada esconda novos significados.

Devemos, portanto, prescindir dos modelos? Se o fizermos, deixamos de ser historiadores, ou nos tornamos escravos de algum modelo escassamente conhecido de nós mesmos, lotado em alguma área inacessível de preconceitos. A questão é, ao invés disso, como utilizar um modelo com propriedade? A resposta, contudo, não é simples. Mesmo no momento de empregá-lo, o historiador precisa saber encará-lo com um ceticismo radical e manter-se aberto a respostas para evidências para as quais não tenha categorias. Na melhor das hipóteses – vistas às vezes nas

⁹³ N. dos T.: Ver, nessa coletânea, “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”.

cartas de Darwin ou Marx – devemos esperar por um delicado equilíbrio entre os procedimentos sintetizadores e os empíricos, uma disputa entre o modelo e realidade. Esta é a tensão criadora no coração do processo cognitivo. Sem essa dialética, o crescimento intelectual não acontece.

Tal dialética está sempre se traduzindo em desequilíbrio. Não podemos levar nada adiante sem aceitarmos um modelo aproximado como suporte de nosso trabalho. E o *hábito* do modelo em tornar-se tão forte, quase sempre reforçado por determinações ideológicas, se torna impermeável à crítica empírica. Ou, sob o impacto de um “grande fato” após outro, ele se desintegra completamente e erramos, então, em mares de fenômenos nunca antes navegados. A tradição marxista se dividiu em ambas direções. Por um lado, várias ortodoxias em competição, todas elas esquemáticas; por outro, destroços e lastros de um sistema que aderna em águas empíricas. É geralmente verdade que muito poucos, neste país, examinaram com suficiente audácia e persistência, o quanto pode ser valioso – não revisar nem consertar – mas tentar uma reestruturação radical do modelo.

(ii) Eu sugeri, em 1957, que um dos pontos cruciais da questão deveria ser buscado na inadequação do modelo de base e superestrutura.⁹⁴ Não tenho a menor ilusão quanto às minhas incursões na teoria terem sido hábeis ou originais. Reivindico apenas uma certa obstinação: milhares de nós percorreram esta estrada intelectual, mas muito poucos deixaram mapas claros ou sinalizaram os falsos desvios.

O intercurso dialético entre ser social e consciência social – ou entre “cultura” e “não-cultura”⁹⁵ está no coração de qualquer compreensão do

⁹⁴ Ver “Socialism humanism”, *New Reasoner*, 1, 1957.

⁹⁵ Ver a minha discussão de “The long revolution”, de Raymond Williams, *NLR*, 9 e 10.

processo histórico dentro da tradição marxista. Porventura deslocado, esvaziamos essa tradição completamente. Quando alcançaram este ponto da estrada, meus colegas, geralmente, ou abandonaram a tradição (mas eu não posso ver nenhum outro que compreenda esta dialética), ou procuraram sofisticar o modelo (todavia, não obstante a ênfase nas complexidades, etc., o modelo continua a produzir resultados equivocados). Portanto, estamos parados.

Isto pode ocorrer porque estamos lidando com um pseudoproblema. A tradição herdou uma dialética que é correta mas a metáfora mecânica através da qual se expressa é errada. Esta metáfora da engenharia de construção (semelhante às metáforas de compartimentos e termos de construção apreciados por alguns sociólogos) deve ser, de qualquer modo, inadequada para descrever o fluxo do conflito, a dialética de um processo social mutante. Uma metáfora do reino vegetal (“esta idéia está radicada neste contexto social” ou “floresceu neste clima”) é, muitas vezes, mais funcional, já que inclui a noção de crescimento orgânico, tal como as metáforas biológicas fazem às vezes (as “simbioses”, “escleroses”, etc., de Anderson). E mesmo que continuem excluindo a dimensão *humana*, as iniciativas da cultura humana, a dificuldade (se seguimos a metáfora vegetal) não é que a árvore não possa pensar sobre isso, mas sim que, caso pensasse, seu pensamento não poderia mudar – nem imperceptivelmente – o solo onde está enraizada. Enfim, a dialética da dinâmica social não pode ser vinculada a uma metáfora excludente dos atributos humanos. Só podemos descrever o processo social – como Marx mostrou em *O 18 brumário* – escrevendo história. E, mesmo assim, terminaremos apenas com um relato seletivo de um processo *particular*.

Todas as metáforas comumente oferecidas têm uma tendência a conduzir o pensamento para modos esquemáticos e distantes da intera-

ção ser-consciência. Em todo caso, quão útil tem sido o modelo base-superestrutura para o exame de todos os “grandes fatos” do século XX: nacionalismos ocidentais ressurgentes, nazismo, stalinismo, racismo? Embora ofereça um ponto de partida, a análise *real* desses fenômenos tem de tomar formas muito diferentes daquelas onde a “superestrutura” geralmente se apresenta para interferir de maneira totalmente imprópria junto à sua “base”. O modelo tem, de fato, uma tendência embutida para o *reduccionismo*, e é assaz evidente em Anderson:

“os termos ideológicos com que a luta foi conduzida eram sobretudo religiosos e, em conseqüência, até mais dissociados das aspirações econômicas do que idiomas os políticos normalmente são”.⁹⁶

e não menos evidente em Nairn:

“a consciência real é mediatizada através do complexo das superestruturas, apreendendo o que lhes é subjacente apenas de modo parcial e indireto”.⁹⁷

O reduccionismo é um lapsô na lógica histórica através do qual eventos políticos ou culturais são “explicados” em termos da afiliação de classe dos atores. Quando uma conexão, ou relação causal, se estabelece entre esses eventos (na “superestrutura”) com uma certa configuração de interesse de classe (na “base”), então se pensa que exigências de explanação histórica – ou pior, de avaliação – sejam satisfeitas caracterizando-se essas idéias ou eventos como burgueses, pequeno-burgueses, proletários etc. O erro do reduccionismo não consiste em estabelecer essas conexões mas em sugerir que as idéias ou eventos são, em essência, *a mesma coisa*

⁹⁶ *Origins*, p. 28.

⁹⁷ Nairn - 1, p. 44.

que o contexto causal; que idéias, crenças religiosas ou trabalhos de arte, podem ser reduzidos (como se reduz uma equação complexa) aos “reais” interesses de classe que expressam.

Mas pelo fato de conhecermos o contexto causal onde um evento histórico se desenvolveu não se segue que tal evento possa, então, ser explicado ou esclarecido em termos causais. Deve-se prestar atenção à autonomia dos eventos políticos ou culturais, os quais, entretanto, são causalmente condicionados por eventos “econômicos”. Uma psicologia que reduza a infinita variedade de expressões sexuais (do amor platônico ao estupro nos pântanos Tomney) a “sexo” nos diz tudo e nada. E uma história e uma sociologia a reduzir continuamente uma superestrutura a uma base são falsas ou tediosas. A Velha Corrupção permanece Velha Corrupção. Os conflitos religiosos da Revolução Inglesa não foram “aspirações econômicas” diluídas em ilusões, mas conflitos sobre a autoridade e a doutrina da Igreja. Não entenderemos a intensidade do conflito, a tenacidade dos autoritários nem a energia dos puritanos a menos qual entendamos qual espécie de gente eles eram e, em conseqüência, o contexto sócio-econômico. Mas a mediação entre “interesse” e “crença” não se dava através dos “complexos de superestruturas” de Nairn e sim por meio do *próprio povo*. Os puritanos não apreciavam a autoridade da Igreja porque eram pessoas que já haviam dispensado a autoridade do Estado nas suas vidas práticas. E os autoritários defenderam a Igreja Estatal com tamanha tenacidade porque sentiram que seu *status* e poder – toda uma maneira de ordenar a vida – estavam escapando de suas mãos e precisavam ser defendidos em algum momento. Se queremos compreender essa mediação não precisamos de uma metáfora extraordinariamente desajeitada e irrelevante, mas de uma psicologia social sutil e sensível.

(iii) O problema é encontrar um modelo para o processo social que permita autonomia à consciência social num contexto onde, em última instância, foi sempre determinada pelo ser social. Pode algum modelo abarcar a dialética humana singular pela qual a história não aparece de maneira voluntariosa ou fortuita, nem determinada (no sentido de ser enquadrada por leis necessárias do movimento), nem ilógica (no sentido de que se pode observar uma *lógica* no processo social)?

“O que todos fizeram, tudo isto foi intencional, pois os homens o fizeram com inteligência; não era destino, pois o fizeram por escolha; não era por acaso, pois os resultados de seu modo de agir são perpetuamente os mesmos”.

Mas também, como Vico igualmente sabia, não era *vontade*, porque o resultado foi “completamente oposto... aos fins particulares a que os homens haviam se proposto”.⁹⁸ “Esses senhores todos carecem é de dialética”, explodiu Engels quando, nos seus últimos anos, procurava revisar o modelo esquemático por cujo estabelecimento ele, mais do que Marx, foi responsável:

“eles nunca vêem nada além de, aqui, causa, ali, efeito. Que isto é uma abstração vazia, que tais oposições polares e metafísicas só existem no mundo real durante as crises, enquanto que o vasto processo global procede de forma interativa (embora, de forças muito desiguais, o movimento econômico é de longe o mais forte, mais elementar e mais decisivo) e que aqui tudo é relativo e nada absoluto – isto eles nem principiam por ver”.⁹⁹

O problema aqui é de dois tipos. O primeiro não concerne tanto à validade do modelo mas à sua funcionalidade. Se o “movimento econô-

⁹⁸ *Autobiography of Gianbattista Vico* (Cornell, 1944), p. 55.

⁹⁹ *Selected correspondence*, p. 484.

mico" é impelido para uma área de causação última, então, tal como a primeira causa de Bacon, pode ser esquecido na empiria. Se nós o relegamos à determinação decisiva (e então apenas na aceção de que relações produtivas acarretam certas fontes de conflito características e irradicáveis, bem como certos limites que a evolução social não pode transcender), então pode-se perguntar sobre o quanto ainda – exceto nos momentos de transição entre épocas históricas – este modelo tem alguma relevância real.

Suponhamos contextos de época – feudal, capitalista, socialista – dentro dos quais são possíveis uma variedade sem fim de formas de poder de Estado, modificações das relações sociais, etc. Nunca podemos adivinhar sua extensão e diversidade porque, sendo a história rica como é, não se pode jamais esgotar as possibilidades. Porém, apesar do número de variantes ser infinito, só o é dentro das categorias de "espécies" sociais. Da mesma forma que, embora possa existir um número ilimitado de permutações de raças de cachorros, e de cruzamento de raças, todo cachorro é canino (eles cheiram, latem, bajulam os humanos), de tal modo que todos os capitalismo permanecem capitalistas (nutrem valores aquisitivo; dada sua natureza, precisam explorar o proletariado; etc.). A transmutação de uma espécie para outra é o que chamamos de revolução.¹⁰⁰ Mas quando nós estamos (como historiadores) no meio de um período histórico, as características de uma época podem, para nós e para as gerações do momento, cair na insignificância se cotejadas com as particularidades locais. Para as pessoas, o que importava não era o fato de ser um capitalismo, mas se era um capitalismo cruel ou tolerável, se os homens eram arremessados em guerras, se estavam sujeitos a inquisições

¹⁰⁰ Uso estas imagens apenas para propósito de analogia. É claro que a metáfora de espécies introduz novos enriquecimentos e perigos.

e prisões arbitrárias, ou se era permitida alguma liberdade pessoal e de organização.

A fim de seguir este pensamento, fui além do garantido, pois não suponho (não mais além do que Engels) que o "movimento econômico" seja operativo somente como uma sensação de época. Está aí o tempo todo, não apenas conferindo nitidez a uma época, como também às formas características do conflito e do desequilíbrio social no âmago dessa época. Todavia, uma segunda dificuldade se levanta em relação à representação usual do termo "econômico". Uma parte disto, suficientemente compreendida, é a assimilação crua das forças produtivas e das relações produtivas, cujo apogeu foi alcançado com Stalin. Contudo, mesmo se efetuarmos uma clara distinção, a noção de relações econômicas (oposta às de relações sociais, morais, culturais) se revela como uma categoria analítica e não como uma distinção que possa ser confirmada pela observação empírica.

"Produção, distribuição e consumo não são apenas plantio, transporte e alimentação, mas também seu planejamento, organização e desfrute. Faculdades imaginativas e intelectuais não estão confinadas na "superestrutura" e erigidas a partir da "base" das coisas (incluindo homens-coisas). Elas estão implícitas no ato criativo do trabalho que faz o homem homem".¹⁰¹

Antropólogos e sociólogos já demonstraram suficientemente os complexos entrelaçamentos das relações econômicas e não-econômicas na maioria das sociedades e a interface das satisfações econômicas e culturais. Aqueles historiadores que conseguiram escapar das armadilhas de *Economic History Review* (ou de *Marxism Today*) estão começando a convergir para este ponto. Até o fim do século XVIII, o povo comum de França e Inglaterra aderiu a um profundo sentimento de "economia mo-

¹⁰¹ "Socialist humanism", loc. cit., pp. 130-1.

ral”, onde a simples noção de um “preço econômico” (isto é, a dissociação entre valores econômicos de um lado e obrigações morais e sociais de outro) para o trigo constituía um ultraje à sua cultura. E alguma coisa desta economia moral resiste em partes da Ásia e África até hoje. Além do mais, na Inglaterra, durou 200 anos o conflito para subjugar o operariado à disciplina dos estímulos econômicos diretos, sendo que o jugo nunca foi mais do que parcial.

As próprias categorias econômicas, a noção de ser possível isolar as relações sociais econômicas das não-econômicas, de que todas as obrigações humanas podem ser dissolvidas, exceto o vínculo com a moeda corrente, foi o produto de uma fase particular da evolução capitalista. Caudwell¹⁰² descreveu o movimento sob um aspecto:

“enquanto que, nas primeiras civilizações, [a] relação entre os homens é consciente e clara na cultura burguesa, está disfarçada tanto como um sistema livre de relações compulsórias predominantes quanto como um sistema que contém somente relações inocentes entre os homens e uma coisa... Autonomizando-se de toda restrição social, pareceu justificado ao burguês o ato de reter esta única restrição – a da propriedade privada –, pois isto não lhe parecia absolutamente uma restrição, mas um inalienável direito do homem, o direito humano fundamental”.

E mais:

“em todas as relações burguesas particulares, é característico que a ternura seja totalmente expelida porque a ternura só pode existir entre as pessoas, e no capitalismo todas as relações parecem ser entre o homem e uma mercadoria... O homem está

¹⁰² N. dos T.: Caudwell, Christopher. Romancista, crítico literário e ensaísta inglês nascido em 1907 e falecido em combate na Guerra Civil Espanhola em 1937. Ligado ao Partido Comunista da Grã-Bretanha, foi um dos pioneiros da crítica literária marxista de língua inglesa. Exerceu forte influência entre jovens futuros historiadores, como Eric Hobsbawm e o próprio Thompson.

completamente livre, exceto do pagamento do dinheiro. Este é o caráter manifesto das relações burguesas".¹⁰³

Deste movimento podemos deduzir um contramovimento, que de fato surgiu com plena expressão na grande crítica romântica do capitalismo (um dos tópicos do livro de Williams, *Culture and society*): de como os homens que se encontravam no universo tangível e mental da "economia política", da qual não parecia haver escapatória, rebelaram-se contra as conseqüências desta racionalidade desumanizada em nome de valores inconfessos e obrigações humanas sagradas.

Marx e Engels, contudo, tomaram esta economia política como seu antagonista direto e adentraram suas próprias categorias de análise com vistas a derrubá-la. Foram inevitavelmente marcados pelo confronto. Não nos primeiros manuscritos filosóficos de Marx (que partilham muitas posições românticas), mas no seu pensamento maduro, onde o homem *econômico* revolucionário é oferecido como antítese do homem *econômico* explorado. Mas, em primeiro lugar, isso era deduzir demais a partir de uma fase particular da evolução capitalista. Modos de exploração variaram enormemente, não apenas entre uma época e outra, mas em momentos diferentes no interior de cada uma delas. Não podemos ler Marc Bloch e sair com a visão de que a exploração feudal era, seja qual for o sentido contemporâneo, principalmente econômica e oposta àquela militar, política, etc. No século XVIII, na Inglaterra, os trabalhadores manufatureiros, mineiros e outros eram muito mais conscientes de serem explorados como consumidores pelos capitalistas agrários e pelos atravessadores do que por seus pequenos empregadores através do trabalho assalariado. E, nesse país, as explorações culturais e dos consumidores hoje são tão evidentes quanto a exploração "no coração da produção", e

¹⁰³ C. Caudwell, *Studies in a dying culture* (1938), pp. 101 e 151.

talvez mais prováveis de irromper na consciência política. Em segundo lugar, é necessário ser cauteloso no ato de pensar um movimento “econômico” oposto a um movimento cultural, moral, etc. Quando William Morris¹⁰⁴ juntou a crítica romântica à marxista e escreveu sobre a “baixeza moral inata” do sistema capitalista, não descreveu uma superestrutura moral derivada de uma base econômica. Ele quis dizer – e demonstrou amplamente seu significado – que a sociedade capitalista estava fundada sobre formas de exploração *simultaneamente* econômicas, morais e culturais. Tome a relação produtiva essencial e determinante (propriedade privada dos meios de produção e produção para o lucro), gire-a e ela se traduz ora num aspecto (trabalho assalariado), ora noutro (um *ethos* avarento) e agora em mais um (a alienação de certas faculdades intelectuais como sendo desnecessárias ao trabalhador no seu papel produtivo).

Mesmo que “base” não fosse uma metáfora inadequada, teríamos de acrescentar, seja qual for seu significado, que não é apenas econômica mas também humana – uma relação humana característica, involuntariamente contraída no processo produtivo. Não estou questionando o fato deste processo poder ser descrito em linhas gerais como econômico e, então, o de podermos concordar que o “movimento econômico” mostrou-se o “mais elementar e decisivo”. Contudo, minha incursão nas definições pode ter algo além de interesse semântico se dois pontos são levados em consideração. Primeiro, no curso real das análises históricas ou sociológicas (bem como políticas) é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não correm atrás do econômico após longa demora; estão, na sua origem, imersos no mesmo nexos relacional. Segundo, ao passo que uma forma de oposição ao capitalismo se constrói

¹⁰⁴ N. dos T.: Tema do primeiro livro de Thompson, intitulado *William Morris: romantic to revolutionary* (Merlin Books, 1977).

sobre o antagonismo econômico direto – resistência à exploração seja como produtor seja como consumidor –, outra forma é, exatamente, resistência à tendência inata do capitalismo em reduzir todas as relações humanas às definições econômicas. As duas estão, de fato, inter-relacionadas, mas, de modo algum, não está dado qual das duas será, ao final, a mais revolucionária. Sugerir que uma forma de ler o movimento da classe trabalhadora durante a Revolução Industrial seria a de um movimento de resistência à anunciação do homem econômico. A crítica romântica é outra espécie de resistência, com implicações revolucionárias. A mais recente e longa luta para conquistar serviços de bem-estar humanos é parte do mesmo profundo impulso anticapitalista embora o capitalismo avançado tenha exibido uma grande capacidade de assimilar suas pressões.¹⁰⁵ “A miséria do mundo é econômica”, Caudwell escreveu, “mas isto não significa que ela seja dinheiro vivo. Este é um erro burguês”. É um erro no qual os marxistas estão excessivamente dispostos a incorrer. E na conclusão de seu estudo acerca do “Amor”, Caudwell argumentou talvez de modo muito simétrico que:

“é como se as relações amorosas e econômicas tivessem se agrupado em dois pólos opostos. Toda a ternura não utilizada dos instintos do homem em um pólo e as relações econômicas no outro, reduzidas a revelar os direitos coercitivos às mercadorias. Esta segregação polar é fonte de uma terrível tensão, e dará nascimento a uma vasta transformação da sociedade burguesa”.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Dois modos de compreender este impulso podem ser vistos em J. Saville, “The welfare state: an historical approach”, *New Reasoner*, 3, e em Dorothy Thompson, “The welfare state: discussion”, *New Reasoner*, 4, pp. 125-30. Ver também, evidentemente, os artigos recentes do prof. Richard Titmuss.

¹⁰⁶ Caudwell, op. cit., p. 157.

Porque, esporadicamente, os homens não desejam apenas satisfações diretamente econômicas, mas também livrar-se do grotesco disfarce “econômico” imposto pelo capitalismo para então reassumir uma aparência humana.

(iv) Não há dúvida de Anderson poder, caso refletir, aceitar algumas destas sugestões. O fato de ele reconhecer as inadequações do modelo pode ser percebido na ênfase nas complexidades, tanto quanto nas observações reais e nas sutilezas de seu manuseio dos fenômenos políticos. Onde ele e Nairn são mais esquemáticos é no uso do conceito de *classe*. Essas classes que, por séculos inteiros, são recrutadas, enviadas para manobras, marchando de cima para baixo por países inteiros, ostentam pouquíssima relação com as pessoas reais reveladas pelos arquivos, ou com os transeuntes nas ruas à nossa volta. É um jogo histórico contagiante: discutindo seus trabalhos, me descobri hipostaziando identidades de classe – grandes atribuições personalizadas de aspirações ou de vontades de classe – que sabemos ser, na melhor das hipóteses, expressão metafórica de processos mais complexos, geralmente involuntários.

Não se pode objetar o uso, nas ocasiões adequadas, desta espécie de metáfora personalizada. É a atribuição *cumulativa*, nos seus escritos, de identidade, vontade, e, até mesmo, de noções de um destino particular que levantam suspeitas. Quando, ao se discutir classe, alguém se encontra muito freqüentemente começando frases com “ela”, é hora de recolocar-se sob algum controle histórico, ou então corre-se o risco de se tornar escravo de suas próprias categorias. Os sociólogos que pararam a máquina do tempo e, com uma boa dose de pretensão e mau humor conceitual, desceram à casa de máquinas para dar uma olhadela, nos contaram que em nenhuma parte puderam localizar e classificar uma classe. Apenas podem encontrar uma multidão de pessoas com diferentes pro-

fissões, rendas, hierarquias de *status* e tudo o mais. Decerto, têm razão, uma vez que a classe não é esta ou aquela parte da máquina, mas sim *a maneira pela qual a máquina trabalha* uma vez colocada em movimento, não este ou aquele interesse, mas a *fricção* de interesses – o próprio movimento, o calor, o ruído estrondoso. Classe é uma formação social e cultural (freqüentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do *tempo*, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de *uma* classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem *disposição* para se *comportar* como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento.¹⁰⁷

Se usarmos este controle (se continuarmos lembrando que classe como identidade é uma metáfora, útil às vezes para descrever um fluxo de relações), então um diálogo muito útil pode se abrir entre os historiadores e aqueles sociólogos dispostos a trocar novamente o câmbio do tempo de uma marcha para outra. Se não o usarmos, temos instrumentos cortantes de fio realmente assaz cego. Embora possamos imaginar uma certa lógica interna, um arco burguês que se estende do século XII até nossa época, é raramente útil pensar a burguesia em termos tão temporais ao ponto de associar William de La Pole,¹⁰⁸ Oliver Cromwell e mr.

¹⁰⁷ Estou repetindo a sugestão que fiz no prefácio a *The making*.

¹⁰⁸ N. dos T.: De la Pole, William, duque de Suffolk (1396-1452). Membro de uma família de comerciantes, cortesão do reinado de Henrique VI, executado por uma suposta traição que teria levado à perda da Normandia.

Edward Heath.¹⁰⁹ Mas o emprego de Nairn e Anderson do conceito de “classe trabalhadora” faz exatamente isto: de 1790 a 1960, somos carregados de ponta a ponta pelo pronome impessoal, supondo-se uma classe com uma composição sociológica mais ou menos imutável e (depois de 1832) com a mesma cultura coletiva hermeticamente fechada. Há continuidades e semelhanças familiares, mas, para a maior parte dos objetivos, não são as semelhanças de época, mas as descontinuidades, quem exige análises mais aprofundadas. Em geral, é razoavelmente fácil alocar pólos sociais opostos em torno dos quais se congregam lealdades de classe: um *rentier* aqui, o trabalhador industrial ali. Mas em tamanho e força, esses grupos estão sempre em ascensão ou declínio, sua consciência de identidade de classe é incandescente ou escassamente visível, suas instituições são agressivas ou se mantêm apenas pela força do hábito ao passo que, entre eles, há aqueles grupos sociais amorfos e sempre cambiantes em cujo interior a linha de classe é constantemente desenhada e redeseenhada, nesta ou naquela direção, referente à polarização deles, que esporadicamente se tornam conscientes de seus interesses e de sua própria identidade. A política atem-se, muitas vezes, exatamente sobre este ponto: como a classe acontecerá? Onde a linha será traçada? E o desenho dela não é (como o pronome impessoal induz a razão a aceitar) matéria de vontade consciente – ou até inconsciente – “dela” (da classe), mas o resultado de habilidade política e cultural. Reduzir classe a uma identidade é esquecer exatamente onde repousa a *agência*, não na classe mas nos homens.

¹⁰⁹ N. dos T.: Sir Heath, Edward. Líder do Partido Conservador em meados dos anos 60, posteriormente primeiro ministro (1970-74).

(v) Uma restrição final que, enquanto lia esses autores, adquiriu mais força ao invés de enfraquecer-se, concerne, não àquilo que o modelo pretende explicar, mas àquilo ele não leva absolutamente em consideração. A preocupação é com o poder e, para fins de análise política, isto convém. Porém, nem todos os fenômenos humanos podem ser assimilados a categorias de poder, ou de classe, e já aqui parece haver uma tendência entre os marxistas em presumir que eles podem ser assim assimilados, ou devem sê-lo. Isto decorre das características teleológicas do modelo e da forma como é comumente empregado. A ambição – poder da classe trabalhadora – está sempre lá, em algum lugar adiante, e a história – especialmente a da classe trabalhadora – é avaliada somente em termos da obtenção deste objetivo.

Esta é uma questão bastante ampla, mas três comentários podem ser feitos. Primeiro, a história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso o seja, geração após geração de passageiros nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido. A abolição do trabalho fabril para menores de 11 anos ou a instituição do divórcio, bem como a do Penny Post, mal podem ter afetado o modelo de poder; porém, para aqueles que então viviam, isto pode tê-los afetado de modo inexpressivo ou bem perceptivelmente. No esquema de Nairn, as reformas sociais quase não têm lugar, salvo como desvio de aspirações “hegemônicas”. Aquelas inflexões mais sutis na qualidade de vida não têm espaço algum. Mas, seguramente, qualquer visão mais madura da história (ou da realidade contemporânea) precisa, de alguma forma, combinar avaliações de ambos os

tipos: dos homens como consumidores de sua própria existência mortal e como produtores de futuro, dos homens como indivíduos e agentes históricos, de homens sendo e tornando-se.¹¹⁰

Segundo, há outras coisas deixadas de lado. O modelo parece varrer impacientemente para longe experiências e problemas sociais aparentemente muito pouco afetados pelo contexto do poder de classe. Por exemplo, a disciplina do trabalho usada na industrialização parece ter afinidades mesmo em contextos totalmente diferentes, seja ela imposta pela ideologia wesleyana ou stalinista. Novamente, a escala das sociedades industriais avançadas – o investimento massivo e o escopo do controle centralizado – parece restringir certas espécies de iniciativas individuais e distanciar as pessoas do poder, qualquer que seja a natureza deste poder. Problemas desta espécie – e há muitos deles – parecem produzir somente fumaça e zumbidos furiosos num modelo de poder apto, tal qual um computador, a responder apenas questões inseridas dentro daquilo que seus circuitos foram construídos para responder. O que vai mal nos exemplos citados não é um modelo que insiste na dialética do ser social e da consciência social, mas um outro que insiste em que esta dialética só pode ser mediada pela classe social e adquirir sua significação a partir dela.

E, finalmente, não escapou à atenção, até nesta ilha empírica, que a tradição marxista não ofereceu defesas muito efetivas contra uma obses-

¹¹⁰ Isto envolve a questão de julgamentos históricos não aparentes contingentes (com o que se avalia? pode alguém descobrir um ponto de vista “verdadeiramente humano” emergente?), autorevelada, às vezes, na confusão sobre forças históricas, que surge, nos marxistas, como “objetivamente progressistas”, mas subjetivamente muito asquerosas, ou vice-versa. Assim, Anderson (*Origins*, p. 29) analisa que a “imensa ‘carga’ de racionalidade da Revolução foi detonada no além-mar”, acelerando o imperialismo mercantil, a economia escravista do Caribe, etc. Outros marxistas têm encontrado dificuldades em decidir se *levellers*, *sans-culottes* e outros eram forças “objetivamente” reacionárias. O problema é amplo demais para ser tratado aqui.

são pouco saudável pelo poder, tanto em termos intelectuais, na assimilação de todos os fenômenos a toscos acessórios de classe, quanto em formas mais "objetivas". Soa estridente a maneira pela qual nossos autores martelam a "classe", e moldam fenômenos culturais a categorias clasistas. Há impiedade na sua recusa da experiência inglesa, provocando inquietantes lembranças. Isso é mais facilmente encontrado em Nairn:

"eles tenderam a uma impossível e utópica rejeição do capitalismo e do industrialismo (tal como Ruskin e William Morris), ou recuaram para a obscuridade e excentricidade (como os romancistas Meredith e Samuel Butler)".¹¹¹

Há homens que ouviram *este* tom nos últimos 50 anos e que recuaram para uma obscuridade, de fato, profunda. Foi contra este tom – este som de uma tranca encerrando a experiência e a investigação (e o eco mais remoto de ferrolhos ainda mais objetivos) – que uns poucos de nós pilotaram nossas copiadoras em 1956. Se é este o lugar onde estamos em 1965, então o gafanhoto comeu nove anos. Mas se fosse assim, e se houvesse algum perigo desse tom ser confundido com a voz do humanismo socialista, então, se se chegar a isto, há alguns de nós que guarnecerão as posições de 1956 uma vez mais.

¹¹¹ Nairn - 1, p. 41.

N. dos T.: Butler, Samuel. Poeta satírico inglês (1621-1680) de grande popularidade no período.

Meredith, George. Escritor britânico (1828-1909); suas obras caracterizaram-se por uma minuciosa análise sociológica e um estilo rebuscado, entre elas se encontra *The tragic comedians*, de 1880, sobre a vida e a morte do socialista Lassalle.

NOTA SOBRE O TEXTO¹

E. P. THOMPSON

"As peculiaridades dos ingleses" foi publicado originalmente em *The Socialist Register*, 1965, organizado por Ralph Miliband e John Saville. Eu recuperei alguns cortes editoriais feitos no texto original. O ensaio provocou uma longa réplica de Perry Anderson, "Socialism and pseudo-empiricism" (*New Left Review*, 35, janeiro-fevereiro de 1966, pp. 2-42). Este ensaio divide-se em duas partes: (i) uma apaixonada refutação de cada uma das minhas críticas e (ii) um contra-ataque dirigido ao "vazio" e ao "populismo" das minhas idéias. Embora este número da *New Left Review* ("Storm over the left") tenha anunciado a continuidade da discussão, que "se ampliaria para incluir muitas outras contribuições", essa discussão nasceu morta. "Ninguém" se apresentou para defender as minhas, e as de Anderson/Nairn tornaram-se a ortodoxia incontestada da *New Left Review*.

Eu não respondi a Anderson pelas seguintes razões. Primeiro, alguns dos meus aliados políticos deixaram claro que viam-me como agressor numa polêmica incompreensível e divisionista no seio da "esquerda". Eu não penso dessa maneira; se existe uma agressão, ela

¹ N. do T.: Extraído de "A note on the texts". In: *The poverty of theory & other essays*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1978, pp. 403-4. Traduzido por LIGIA OSORIO SILVA.

pode igualmente ser encontrada na exclusão das páginas da revista de muitos de seus fundadores, e na recusa tácita de suas posições políticas. Mas, de qualquer maneira, a teoria não pode ser desenvolvida ou testada sem crítica, e crítica deve incluir a identificação direta, e de modo polêmico, das posições alternativas. Para quem tem respeito pelas idéias, é difícil escrever sobre um erro (ou o que se considera um erro) sem adotar um tom mais ríspido. Eu espero sempre ter argumentado de modo racional.

Eu não respondi, em segundo lugar, porque não achei que o artigo de Anderson trouxesse novas questões significativas; e ele também não economizou no seu tom polêmico. Na primeira página, fui acusado de "paranóia e má-fé". "Caricatura pérfida e desrespeito" e "falsificação grosseira", e essas acusações foram destiladas em abundância ao longo das quarenta páginas seguintes, como peixe no *kedgerre*.² Estou certo de que o peixe agradou muitos paladares, mas o arroz do argumento histórico pareceu-me uma paçoca requentada. O tom foi o de alguém há muito tempo cercado por um tratamento de muita deferência: questionar a sua autoridade tornou-se escandaloso.

Quanto à primeira parte do ensaio de Anderson – sua resposta às minhas críticas – apenas três pontos têm interesse: a) eu concordo que as caracterizações teóricas da revolução burguesa do século XVII, nem a minha nem a dele, são adequadas. Parece-me ser esse o ponto fraco de nossos ensaios. b) Pode ser verdade (como ele diz) que o meu modo de entender a "hegemonia" de Gramsci seja inadequado. Sem dúvida, ele tem mais autoridade do que eu sobre esse ponto. Entretanto, o problema que concentra as minhas atenções permanece, qualquer que seja a leitura que façamos de Gramsci. c) No meu próprio ensaio, emprego o termo

² N. do T.: Prato indiano.

“modelo” (como Anderson indica de passagem) de um modo que, agora, eu rejeitaria. No entanto, penso que esses “modelos” implícitos podem ser detectados em Anderson, Nairn e em muitos outros escritos “marxistas”.

Quanto à segunda parte do ensaio de Anderson – o contra-ataque a mim dirigido –, acho que foi melhor tê-lo deixado de lado naquele momento. Era uma montagem impressionista, composta de citações fragmentadas e fora de contexto (notadamente, na “Letter to Readers”, coluna do *The New Reasoner*); em alguns casos, citações mal feitas, em outros, frases isoladas, escolhidas em lugares diferentes e reunidas como se viessem de um mesmo lugar. Nessa mistura maliciosa, estavam escondidas duas questões importantes: primeiro, a questão sobre a existência de alguma tradição marxista na Inglaterra anterior a Anderson, o caráter e as fraquezas dessa tradição, e, segundo, a questão do socialismo populista e da política da primeira Nova Esquerda. Eu tratei a primeira questão em *A miséria da teoria*. A segunda, vou discuti-la na introdução do segundo volume de *Reasoning*.

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 788.8342

Telex: (019) 1150 - Telefax (019) 239.3327